

Exposição sobre o Programa de Reaparelhamento Econômico, 1953

<http://www.bndes.gov.br/bibliotecadigital>

R2088 F0045

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

**EXPOSIÇÃO SÔBRE
O PROGRAMA DE REAPARELHAMENTO
ECONÔMICO**

•

EXERCÍCIO DE 1953

RIO DE JANEIRO

1954

R2088 F0046

**EXPOSIÇÃO SOBRE
O PROGRAMA DE
REAPARELHAMENTO ECONÔMICO**

R2088 F0047

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

(Rua Sete de Setembro, 48 — Rio de Janeiro, D.F.)

A D M I N I S T R A Ç Ã O

DIRETORIA

Presidente:

Walder Lima Sarmanho

Diretor Superintendente :

José Soares Maciel Filho

Diretores :

Francisco Antunes Maciel

Cleântho de Paiva Leite

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Conselheiros :

Guilherme Arinos Lima Verde de Barros Franco

Lucas Lopes

João Pedro Gouvêa Vieira

Nerio Siegfried Wagner Battendieri

Paulo Quartim Barbosa

José Soares Sarmento Barata

S U M Á R I O

PRIMEIRA PARTE

Introdução

- I. Apresentação
- II. Tendências recentes da economia brasileira
 - 1) — O ritmo do desenvolvimento econômico
 - 2) — Alterações na estrutura econômica
 - 3) — A conjuntura em 1953
 - 4) — O desenvolvimento econômico e o controle estatal.
- III. Política de investimento e perspectivas das atividades econômicas
 - 1) — Orientação dos investimentos
 - 2) — Os investimentos do BNDE

SEGUNDA PARTE

AS ATIVIDADES DO BNDE NO EXERCÍCIO DE 1953

- I. Preliminares
- II. Organização
 - 1) — Estrutura
 - 2) — Pessoal
 - 3) — Instalações
 - 4) — Legislação
- III. Estudos e pesquisas

- 1) — Generalidades
- 2) — Grupo misto de Estudos BNDE-CEPAL
- 3) — Acôrdo com o Instituto Brasileiro de Economia, da F.G.V.
- 4) — Pesquisas e estudos diversos

IV. Financiamentos

- 1) — Introdução
- 2) — Situação dos financiamentos anteriormente concedidos
- 3) — Novos financiamentos
- 4) — Empréstimos a curto prazo
- 5) — Adiantamentos
- 6) — Financiamentos em moeda estrangeira
- 7) — Financiamentos em fase final de estudo
- 8) — Pedidos de financiamentos denegados

V. Atividades Diversas

VI. Movimento Financeiro

TERCEIRA PARTE

PROGRAMA DE ATIVIDADES PARA O EXERCÍCIO DE 1954

- I. Introdução
- II. Organização
- III. Estudos e Pesquisas
- IV. Financiamentos

- 1) — Disponibilidade de recursos
 - 2) — Demanda de financiamentos
 - 3) — Programa de prioridades
-

PRIMEIRA PARTE

I N T R O D U Ç Ã O

I — APRESENTAÇÃO

1. As perspectivas econômicas para os próximos anos tornam mais urgente uma orientação racional dos investimentos e de maior importância a tarefa a ser desempenhada pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico. Não parece provável a manutenção, em futuro imediato, de uma taxa de inversões comparável à que se observou nos últimos cinco anos e que tanto se refletiu no crescimento acelerado da economia nacional. Para não conter, no futuro, a marcha do desenvolvimento econômico, impõe-se no presente, embora com efeitos restritivos imediatos sobre o ritmo de crescimento, dar às novas aplicações de capital uma orientação tendente a possibilitar posteriormente a obtenção, com o mesmo volume de investimento, de um resultado mais elevado em relação à renda nacional e ao balanço de pagamentos. Tal objetivo supõe duplo esforço imediato, de modo que se supere a deficiência de serviços básicos entorpecedora da atividade econômica e se prossiga, com maior intensidade, desde logo e em linhas mais consentâneas com as necessidades da economia nacional, o processo de substituição de importações. Tanto em um quanto em outro aspecto poderá ser eficaz a ação do Banco. Afigura-se, assim, pertinente, antes de dar conhecimento da situação do programa, entregar à responsabilidade da entidade, de reaparelhamento de portos e dos sistemas de transporte, aumento da capacidade de armazenamento, frigoríficos e matadouros, elevação do potencial de energia e desenvolvimento das indústrias básicas e da agricultura, breve exame das tendências econômicas recentes observadas no país.

II — TENDÊNCIAS RECENTES DA ECONOMIA BRASILEIRA

1. — O ritmo do desenvolvimento econômico

2. A economia nacional experimentou, na fase mais recente do após-guerra, um desenvolvimento excepcionalmente acelerado. A taxa de crescimento da produção interna, e, pois, da renda nacional, registrada no quinquênio 1948/52, excede a observada nas melhores fases das atividades econômicas do país, — pelo menos daquelas sobre as quais se dispõem de estimativas idôneas, — e se compara, favoravelmente, com a verificada em outros países no mesmo período.

3. As séries estatísticas disponíveis sobre renda nacional e seus componentes, compiladas pela Fundação Getúlio Vargas e complementadas pelo acervo de pesquisas da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), permitem já uma análise do comportamento das variáveis mais essenciais que condicionam o desenvolvimento da economia nacional.

4. De acôrdo com as aludidas fontes, a renda nacional do país, em valores correntes, aumentou, entre 1948 e 1952, de Cr\$ 190,8 bilhões para Cr\$ 359,2. Se se eliminam da série, mediante correção pelos índices de preços, os efeitos monetários perturbadores, verifica-se que a renda, em termos reais, acusa incremento de 34% no período em questão. Significa êsse índice u'a média de crescimento da renda real de 7,5% por ano, taxa que dificilmente poderá encontrar paralelo na economia mundial. Levando em conta o aumento da população, calculado em 10% entre os anos limites referidos, chega-se à conclusão de um incremento de renda real «per capita» de 21%, ou seja, quase 5% de crescimento anual.

5. Operaram como forças propulsoras dêsse elevado ritmo de desenvolvimento, tanto fatores internos quanto externos. Com efeito, de um lado, a elevada taxa de capitalização interna e, de outro, os incrementos na capacidade para importar contribuíram para a aceleração do crescimento da renda real do país. Nos três primeiros anos do período considerado, isto é, de 1948 a 1950, o

aumento deve-se ao esforço interno, porquanto não foram favoráveis os fatores externos; nos dois últimos anos, porém, — em 1951 e 1952, — o volume das inversões reflete, em apreciável parcela, a influência do exterior, representada, principalmente, pela melhoria dos termos de intercâmbio e entradas líquidas de capitais estrangeiros, se bem que sob a forma compulsória de endividamento comercial.

6. Entre 1948 e 1950, realmente, os investimentos, no país, cresceram, em termos reais, numa média de quase 15% por ano. Muito embora já em 1950 tenha se iniciado a tendência à melhoria dos preços relativos das exportações, verificou-se uma saída líquida de capitais para pagamento de dívidas comerciais contraídas anteriormente, além das dívidas contratuais a longo-prazo, anulando-se, em consequência, em parte, as vantagens dos termos de intercâmbio. No segundo período, porém, (1951 e 1952), os fatores externos mencionados podem ser responsabilizados pela elevação do volume de inversões, superior às economias voluntariamente acumuladas no país; no biênio em causa, não só os termos de intercâmbio se mantiveram em altos níveis, como ainda se observou uma entrada líquida de capitais, embora a curto e a médio prazo. Em consequência, cresceram os investimentos, a maior ritmo, na base de 17% por ano.

7. No balanço geral do período, conclui-se que, para um aumento total de Cr\$ 62 bilhões de renda real, foram investidos cerca de Cr\$ 125 bilhões nos anos mencionados, sendo que a participação líquida de capitais externos ascenderia a Cr\$ 5 bilhões e a contribuição direta dos termos de intercâmbio poderia ser estimada em Cr\$ 11 bilhões. Mostra o resultado final que 75% do desenvolvimento econômico verificado deve-se ao esforço interno de capitalização e 25% aos fatores externos.

2. Alterações na estrutura econômica

8. O comportamento dos investimentos indica não ter havido diminuição relativa do consumo senão em 1949 e 1950, quando a taxa de poupança interna atingiu a um nível superior a 16% da renda. No quinquênio considerado como um todo, a média da participação das «economias» foi, porém, de 15%, percentagem

conservadora, inferior à do triênio 1939/41, por exemplo, que teria sido superior a 19%. Não se manifestou, portanto, a não ser no prazo muito curto de 2 anos, tendência a sacrificar relativamente, no curso do período, o consumo em benefício de mais rápida acumulação de capital.

9. Não obstante essa verificação, os investimentos sofreram reorientação, em virtude de fatores circunstanciais e institucionais e, ainda, da própria tendência secular de reestruturação da produção nacional. Assim, os investimentos nas atividades de exportação tenderam a perder sua importância relativa, com exceção dos relacionados com o café. Em face da virtual estagnação da procura externa de produtos tradicionais de exportação, fato este agravado pela política de congelamento da taxa cambial, o setor das exportações vem experimentando uma contração justamente a partir de 1948. O «quantum» das exportações manifestou tendência decrescente que pode ser calculada, de 1948 a 1952, em aproximadamente 32%; não fôsse a melhoria das relações de troca de certos produtos, especialmente do café, a capacidade para importar teria declinado correspondentemente. No que se refere às plantações de café, entretanto, segundo os dados disponíveis, os investimentos acusam substanciais incrementos, sendo que, de 1948 a 1952, estima-se que as inversões anuais dobraram, atingindo quase 1 bilhão de cruzeiros.

10. Por outro lado, em virtude da ampliação da demanda interna, aumentaram os incentivos à produção de bens de subsistência e outras atividades empregadas no abastecimento interno. A interferência direta do Estado nos investimentos propiciou, paralelamente, o encaminhamento de recursos para aplicações em serviços básicos.

11. ~~Alguns índices de produção proporcionarão, em termos quantitativos, um quadro dessas modificações. Verifica-se, em primeiro lugar, haver a produção destinada à exportação, que representava mais de 20% da produção total do país na fase anterior à última guerra, registrado redução para 14,4% em 1948, continuando a decrescer até atingir, em 1952, cerca de 8,5%. Concorreram para este resultado, tanto a contração da demanda externa, quanto a própria ampliação do mercado interno, na base de 7,4% ao ano.~~

12. Outra modificação observada refere-se à participação dos setores na estrutura da produção. O setor agropecuário, apesar da expansão havida, — 3,8%, em média, por ano — teve sua importância relativa na produção total reduzida de 32 para 30%, no quinquênio em estudo. Do mesmo modo as atividades terciárias, os serviços de toda espécie, embora tenham se ampliado a um ritmo de 5,3% por ano, se mantiveram praticamente estacionárias relativamente ao total. Enquanto isto, a produção industrial expandiu-se a uma taxa anual média de 9,7%, aumentando sua importância relativa na composição da produção do país, de 17 para 20%.

13. No setor agropecuário, isoladamente considerado, observou-se alteração nas linhas de desenvolvimento. De 1939 até 1948 a tendência manifestou-se no sentido de maior expansão da agricultura abastecedora do mercado interno, que cresceu na proporção de 3,7% em média, por ano, principalmente na agricultura de subsistência. De fato, a produção de gêneros alimentícios cresceu naquela fase a um ritmo de 5% por ano, enquanto as atividades agrícolas de exportação, ao contrário, reduziam a sua produção numa média global de 18%. No período mais recente (1948-52) a expansão das atividades abastecedoras do mercado interno se processou de maneira um pouco mais acelerada — 4,2% por ano, — mas o aumento dos produtos de alimentação ficou restrito a 3,8%. As culturas de exportação aumentaram em 4 anos, em conjunto, de 15%, não compensando ainda este acréscimo, porém, a contração verificada em todo o período anterior, de 9 anos.

14. Os dados sumariamente comentados não justificam a conclusão pessimista, largamente divulgada e aceita sem maior exame, de que a produção de subsistência teria sido nos últimos anos insuficiente para cobrir até mesmo o crescimento da população. Considerando que o incremento demográfico no Brasil, embora alto, não ultrapassa a taxa média de 2,5% por ano, verifica-se, desde logo, que os acréscimos na produção de alimentos para consumo interno, — na base de 5%, entre 1939 e 1948, e de 3,8%, entre 1948 e 1952, — não só atenderam ao aumento da população como ainda ofereceram grande margem para o aumento do consumo «per capita».

15. No setor industrial igualmente se revelam alterações substanciais na estrutura produtiva. Enquanto as atividades de minera-

ção e a indústria de construção mantêm-se relativamente estacionárias, a indústria manufatureira e de energia elétrica, especialmente esta última, apresentam índices de crescimento acelerado. De outra parte, enquanto consolida o seu parque produtor tradicional de bens de consumo elaborados, a indústria manufatureira rapidamente desenvolve, também, os ramos produtores e transformadores de matérias-primas básicas e equipamentos, persistindo na tendência a maior diversificação. Não se dispõem de dados anuais sobre a transformação da estrutura desse setor, mas a comparação do censo de 1950 com os dois recenseamentos anteriores, revela, por exemplo, que os principais setores industriais — produção de alimentos, tecidos e vestuário — que em 1920 representavam 77% da produção fabril, passaram, em 1940, para 66%, e, em 1950, para 61%. As indústrias consideradas básicas, tais como a metalúrgica, a de máquinas, a de equipamento elétrico e de transporte e a química, representavam cerca de 23% do total em 1950, quando, em 1920, participavam com apenas 12%. O mesmo ocorria com os demais ramos, que passaram de 11 para 16%.

16. Dentre os serviços, cabe ressaltar o desenvolvimento dos transportes, especialmente rodoviário e aeroviário. Em conjunto, cresceram a uma taxa anual média de 11%; os transportes rodoviário a 18,5% e o aeroviário a 19,2%.

17. Tais transformações, inevitavelmente, refletem-se, por sua vez, na composição do comércio externo. As exportações, que apresentavam tendência a longo-prazo no sentido de maior diversificação dos artigos comerciados, no quinquênio mais próximo se caracterizaram pela concentração. Os produtos agrícolas e animais — para só citar um índice ilustrativo — que representavam, antes de 1938, 96% do valor exportado, tiveram essa participação reduzida, cedendo lugar, durante a guerra, aos produtos manufaturados e aos minérios, os quais, em conjunto, chegaram a participar, em 1943, com 28,5% do total remetido para o exterior. Nos últimos anos, porém, os produtos agropecuários concorreram com 97% para o valor total exportado. As exportações de café atingiam, no quinquênio 1935/39, a 47% do total, enquanto que nos últimos anos aquela percentagem se elevou para 60%.

18. Do ponto de vista do desenvolvimento econômico geral do país, foram significativas ainda as modificações verificadas no campo

das importações. Em 1947 e 1948 atingiram as importações de bens de consumo o seu nível relativo mais elevado, — ou seja, 31% do total importado — superior mesmo à fase anterior à última guerra. Entretanto, justamente a partir de 1947, essa porcentagem acusa decréscimo gradativo, chegando, em 1952, a 23%. Decorre o fato, em parte, da gradual substituição de artigos importados pela produção interna, notadamente trigo e alimentos manufaturados, e, em parte, do racionamento de divisas para importações de bens de consumo duráveis, cuja participação no total decaiu de 9,8% para 7,9%. Foi crescente a tendência no grupo dos combustíveis importados; se em 1937 os aludidos produtos consumiam 9,5% dos recursos em divisas, em 1941 e 1952 já cobriam a percentagem de 12%, concorrendo para êsse aumento, mais do que qualquer outro combustível a gasolina. Da mesma forma, os grupos de matérias-primas, em geral, e de equipamentos, também assumiram maior importância relativa, sendo que os primeiros passaram de 23% para 27% e os segundos de 34% para 37,5%.

3. — A conjuntura em 1953

19. São ainda incompletos e insuficientes os dados gerais sobre o comportamento das atividades econômicas do país no ano findo, dispondo-se tão somente de estimativas preliminares e de elementos genéricos e esparsos. A análise conjuntural, nessas circunstâncias, não pode revestir-se das características de amplitude e profundidade que seriam de desejar.

20. Ainda sob o influxo da elevada taxa de investimento verificada nos anos anteriores, a produção interna manteve-se em crescimento durante o ano de 1953, embora em escala bem mais reduzida, ou seja, 3,4%, metade da média observada no quinquênio precedente. Em virtude, porém, dos encargos financeiros externos, assumidos em 1951 e 1952 para, em parte, financiar os elevados gastos realizados, as despesas no exterior tiveram de ser drasticamente reduzidas para possibilitar o pagamento daquelas dívidas a curto prazo. Isto sem embargo dos empréstimos internacionais então negociados para atenuar a contração dos gastos nacionais.

21. O resultado dessa orientação foi a remessa forçada para o exterior de parte da produção, o que determinou ficassem praticamente estagnadas as despesas de consumo (o aumento, em re-

lação ao ano anterior, foi de 0,6%). As inversões líquidas, por outro lado, foram reduzidas de aproximadamente 20%. As remessas obrigatórias para o exterior, dando lugar a «economias» compulsórias, determinaram, ao contrário, elevada taxa de poupança em relação à renda nacional produzida, superior à média dos últimos anos.

22. Os efeitos da atual contração nas atividades econômicas só serão sentidos plenamente nos próximos anos, em consequência, sobretudo, da redução, em 1953, da taxa de investimentos; além disto, nem tôdas as obrigações comerciais com o exterior foram saldadas, restando para a liquidação nos anos vindouros uma carga que pesará bastante sobre o balanço de pagamentos. Essa pressão previsível se origina no insucesso ocorrido quanto à recuperação do nível das exportações. Em 1953, segundo os dados apurados até setembro, os valores exportados foram ligeiramente superiores aos de 1952, ano em que aquêle nível mais baixo se mostrou. O excedente das exportações sobre as importações representa, em 1953, apenas 10% do valor das primeiras. No intercâmbio com os Estados Unidos, entretanto, aquêle saldo se elevou a 45%, isto é, as importações licenciadas atingem pouco mais de 50% das divisas em dólares obtidos pelas exportações de mercadorias. O contrôlo rígido das importações, principalmente em relação à área do dólar, reduziu sensivelmente a disponibilidade total de bens para consumo e investimentos, mais dêstes do que daqueles. Com efeito, comparando-se as importações, estimadas em Cr\$ 37,5 bilhões de cruzeiros, com o valor total dos bens disponíveis, — Cr\$ 368.4 bilhões, na base dos preços de 1952, — verifica-se que as importações teriam concorrido para aquêle total com pouco mais de 10%, percentagem muito baixa e jamais atingida a não ser durante os anos de guerra. Vale referir, ainda, que os saldos para pagamento de atrasados comerciais foram obtidos mediante cortes nas importações da área do dólar e da libra.

23. A análise setorial, conquanto ainda precária, na base de estimativas, fornece alguns índices coerentes com os dados gerais sumariamente apresentados. A produção agrícola, por exemplo, cujo incremento sobre o ano de 1952 foi de apenas 0,9%, experimentou alteração na sua composição. Assim, os produtos destinados à alimentação aumentaram, em conjunto, no quantum produzido, de cerca de 5,4%, índice que, comparado com o do aumento da

população, indica incremento de 3% «per capita» dos gêneros alimentícios disponíveis; enquanto isto, matérias primas agrícolas, com especialidade o algodão, viram reduzidas a sua produção de 18,2%.

24. No setor industrial, enquanto a produção de energia elétrica manteve-se praticamente estacionária, aumentando apenas de 1,3%, e a produção manufatureira de bens de consumo, da qual é representativa a indústria têxtil, cresceu de somente 2%, a produção industrial pesada aumentou de aproximadamente 10%. Confirmou-se, pois, em 1953, a tendência a longo prazo no sentido da expansão dos setores básicos da produção secundária.

4. — Desenvolvimento econômico e o controle estatal

25. O desenvolvimento acelerado da atividade econômica do país, no período anteriormente analisado, apresentou, como características notórias, contínua elevação do nível geral de preços e permanentes dificuldades para a obtenção do equilíbrio no balanço de pagamentos em conta corrente, enfrentadas, embora precariamente, por controles diretos sobre as transações cambiais.

26. A elevação no nível geral de preços pode ser estimada em 13,8%, por ano, no período considerado, enquanto que os preços relativos dos vários setores produtivos comportaram-se favoravelmente aos produtos primários em relação aos produtos industriais e aos serviços. Assim, o racionamento das importações, como instrumento quase exclusivo de equilíbrio das transações externas, somente logrou bom êxito nos três primeiros e no último ano do período (1948/50 e 1953), relaxando-se nos anos intermédios (1951/52).

27. Tais desajustamentos não se explicam apenas por fatores circunstanciais; decorrem, também, e em grande parte, de influências de natureza estrutural. A política financeira, fiscal e cambial adotada, conquanto simplesmente objetivando às oscilações a curto prazo, não pode, em si mesma, ser considerada como adequada ou inadequada; deve ser avaliada em face das alternativas possíveis e dos instrumentos disponíveis.

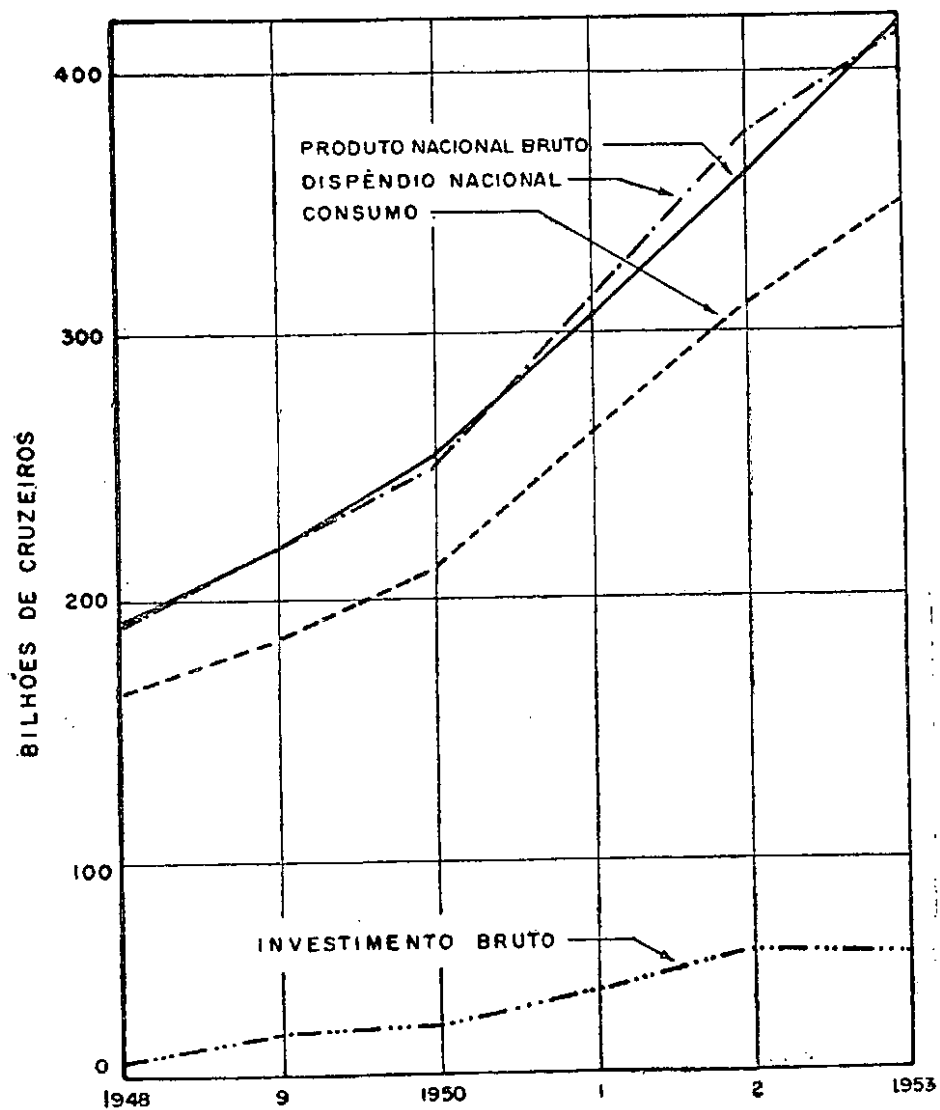
28. A origem imediata da instabilidade nos níveis de preços e das dificuldades ocorridas no balanço de pagamentos se encontra no

próprio comportamento da demanda externa. As deficiências da estrutura produtiva interna, em fase de transição, constituem causas remotas da persistência e do agravamento da inflação e do desequilíbrio cambial. Com efeito, a capacidade para importar do país cresceu, desde 1948, em ritmo excepcionalmente acelerado, na base anual de 9,3%. Dada a inelasticidade da oferta dos produtos de exportação, sobre os quais recaíram preponderantemente os incrementos da demanda externa, a elevação rápida do poder de compra no exterior resultou antes do aumento dos preços de certos produtos de exportação do que do acréscimo das quantidades exportadas. Enquanto estas decaíram constantemente, os termos de intercâmbio elevaram-se à razão de 14,3% por ano. A forma e a intensidade da demanda externa bastam para justificar a pressão inflacionária suportada nos últimos anos. Os efeitos secundários são óbvios. A renda monetária se expandiu acentuadamente em setores dominantes das atividades de exportação, em virtude da alta de preços; tal expansão se refletiu sobre a produção primária geral. Destarte, a taxa de investimento recebeu estímulos multiplicados e, por sua vez, engendrou novos aumentos cumulativos, disputando o poder de compra assim sucessivamente acrescido, os escassos recursos disponíveis.

29. As dificuldades peculiares a uma economia em estágio ainda insuficiente de industrialização agravaram o efeito perturbador desse processo de expansão. Esta insuficiência, em verdade, confere elevada elasticidade-renda para a procura de produtos manufaturados, direta ou indiretamente importados. Deste modo, embora tendo ocorrido a ampliação da capacidade para importar, uma vez que se mostraram ineficazes os instrumentos estabilizadores da procura interna, a demanda de importações, como sói acontecer, tendeu a crescer mais rapidamente que o aumento das disponibilidades para pagamentos no exterior. A contenção dessa demanda só lograria bom êxito mediante contrôles discriminatórios, cuja aplicação provocou, entretanto, o desvio da demanda para artigos substitutivos de produção interna; daí a pressão adicional sobre os recursos internos. Assim, embora em elevação, a capacidade para importar se tornou insuficiente para atender ao aumento, proporcionalmente maior, da procura de importações, não bastando as disponibilidades de cambiais, na aparência abundantes, para permitir, no ritmo almejado e sem desequilíbrio, a expansão da renda real do país.

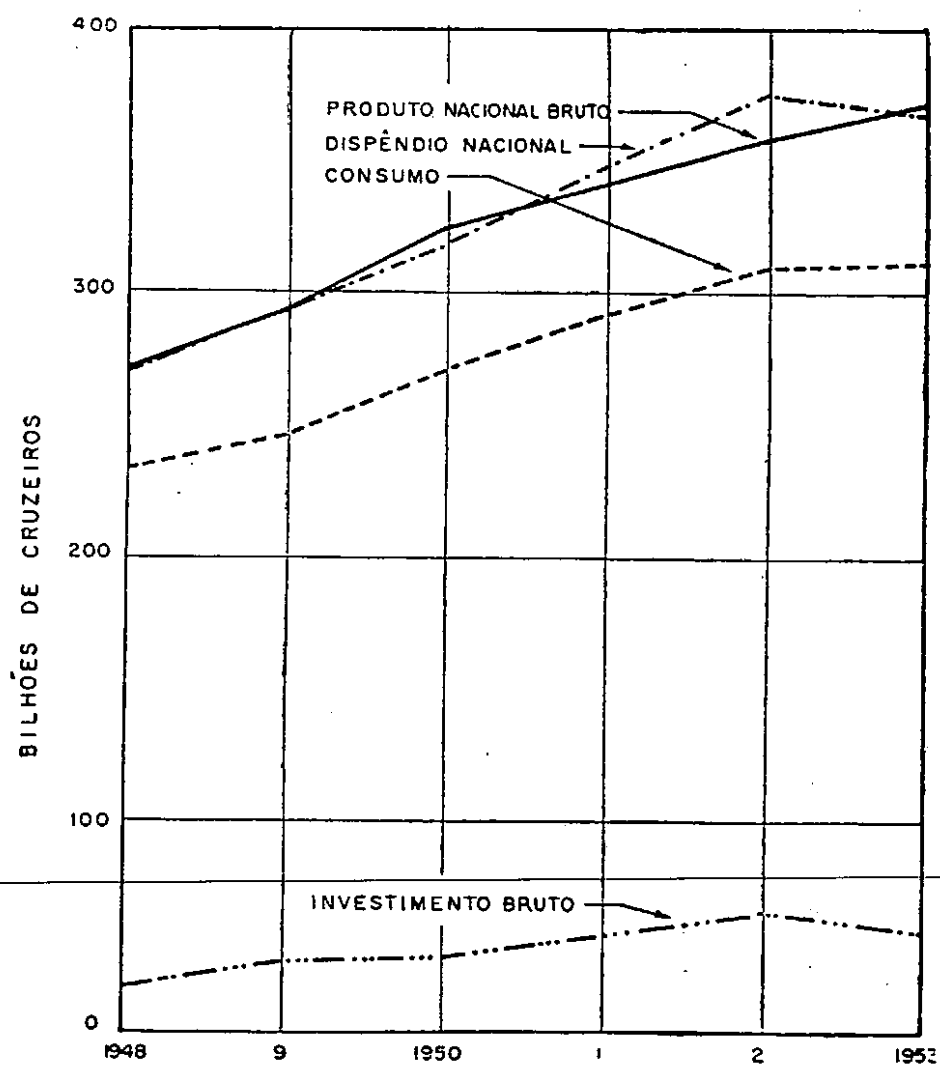
R2088 F0060

CRESCIMENTO ECONÔMICO
DO
BRASIL-1948 / 1953
(A Preços Correntes)



R2088 F0061

CRESCIMENTO ECONÔMICO
DO
BRASIL - 1948 / 1953
(A Preços de 1952)



30. Afigura-se que a solução duradoura para tal problema estaria na diminuição da elasticidade-renda da procura de importações, o que implicaria em alterar fundamentalmente a estrutura econômica do país. O desenvolvimento interno de atividades substitutivas das atuais importações, só alcançável a longo-prazo, constituiria, ao que se depreende das tendências da economia brasileira, o elemento básico dessa transformação. Essa modificação estrutural estaria inevitavelmente condicionada ao desenvolvimento de serviços básicos tais como os de transportes e fornecimento de energia, notoriamente insuficientes, mesmo para satisfazerem as exigências da atual composição das atividades econômicas do país. Nas condições existentes, mesmo que se dispusesse de oferta elástica de fatores elementares de produção, qualquer expansão do potencial produtivo nacional teria de ser feita a custos crescentes, em face da insuficiência de serviços básicos. A tendência para o desenvolvimento a custos crescentes explica também, em parte, a inflação.

31. Ocorre, destarte, extremada competição pelas escassas poupanças formadas normalmente. De um lado, as atividades correntes de exportação e as destinadas ao abastecimento interno, sob o estímulo de uma conjuntura expansionária, buscam ampliar sua capacidade produtiva, mas defrontam, como obstáculos, a falta de «economias externas», provenientes dos serviços básicos, e a escassez de divisas, que se torna cada vez mais premente, na medida em que se amplia a produção interna. Por outro lado, o reaparelhamento e expansão dos referidos serviços básicos, bem como a implantação de novas indústrias substitutivas tendentes a superar os obstáculos mencionados, diminuem as disponibilidades de fundos de investimentos para as atividades correntes.

32. A diminuição, no futuro, das pressões inflacionárias e a maior folga no mercado cambial estão condicionadas, sem dúvida, a um esforço deliberado, no presente, durante determinado prazo, com o objetivo de reaparelhar, instalar e ampliar os serviços básicos e as indústrias substitutivas de importação, o que significa conter, simultaneamente, os investimentos nas demais atividades. Estas, na medida em que forem realizados os empreendimentos fundamentais, poderão, no futuro, com volume menor de investimento, alcançar um produto relativamente maior, a custos decrescentes. Tal orientação, todavia, supõe a existência de todo um aparelho

de coordenação e orientação das aplicações de capital, que as discipline segundo uma escala de prioridades.

33. O Governo, entretanto, somente nos últimos anos vem, gradativamente, se equipando dos controles seletivos indispensáveis para que o desenvolvimento econômico interno se possa realizar com um mínimo de pressões perturbadoras da estabilidade a curto-prazo. Até então se dispunha apenas dos instrumentos clássicos de interferência nas atividades econômicas e a influência estatal, mediante os procedimentos usuais, como é óbvio, não se fazia sentir senão no investimento global. A ação compensatória do poder público só se poderia refletir, assim, na expansão do crédito nas fases de recessão das atividades econômicas, e na contração do crédito e desestímulo aos investimentos, nas fases de prosperidade. A política econômica interna teria de cingir-se, como, de fato, se verificou, a um papel passivo de compensação das flutuações da demanda externa.

34. No período considerado, portanto, com os instrumentos de que o Governo dispunha inicialmente, apresentavam-se duas alternativas. Consistia a primeira em uma política deflacionista que congelasse os ganhos líquidos derivados dos aumentos de preços na exportação e impedisse a expansão dos investimentos internos, em nome da estabilidade dos preços e do equilíbrio das transações externas; neste caso, o desenvolvimento interno ficaria limitado praticamente aos eventuais incrementos da produção exportável, cuja procura internacional se ampliasse. A segunda se representava numa política relativamente neutra, que proporcionasse mais rápido desenvolvimento, na medida em que os estímulos externos o permitissem, embora o custo dessa atitude se traduzisse na instabilidade do nível de preços e na precariedade do equilíbrio externo. Esta segunda alternativa orientou a política econômica do Governo. Como medida deflacionária, foi congelada a taxa de câmbio, de modo a conter as indústrias de exportação, enquanto a política financeira e fiscal interna permitia a expansão creditícia na base anual de 22%. A economia nacional, como se assinalou anteriormente, registrou elevada taxa de investimentos e, como reação espontânea às distorções derivadas dos dois obstáculos referidos — falta de serviços básicos e escassez de divisas — tendeu a reestruturar-se de sorte a atender às dificuldades experimentadas.

III — POLÍTICA DE INVESTIMENTOS E PERSPECTIVAS DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS

1. — Orientação dos Investimentos

35. A reação espontânea das atividades econômicas internas no sentido de u'a mudança da estrutura de produção, é que tem possibilitado ao Brasil um crescimento maior do que aquêle que a capacidade para importar normalmente permitiria. Tal reação não foi e não é suficiente. Se a iniciativa privada vem promovendo adequadamente a expansão das atividades produtivas primárias e da maior parte da produção manufatureira, tem se mostrado omissa ou deficiente, via de regra, no que concerne a setores industriais básicos ou aos serviços denominados infra-estruturais, que fornecem as condições fundamentais para o desenvolvimento daquelas.

36. O Estado, por sua vez, não logrou interferir nas decisões dos inversores privados senão precariamente, através das restrições quantitativas à importação. Esse instrumento, de resto, ensejava limitada orientação, eis que, de uma parte, abrangia somente cêrca de 30% dos investimentos totais e, de outra, o aumento da participação de bens de consumo de procura rígida tende a elevar-se em relação às escassas disponibilidades cambiais, diminuindo, destarte, gradativamente, o poder de influência dêsse contrôle governamental na orientação dos investimentos.

37. O Governo tem propendido, neste caso, para a intervenção direta, isto é, para avocar os encargos da realização daqueles investimentos para os quais a iniciativa particular se mostra desinteressada, seja pela magnitude dos capitais que reclamam, seja pelos riscos técnicos ou comerciais que envolvem. Por êste motivo, observa-se, desde 1948, participação cada vez maior dos investimentos públicos nos investimentos totais; com efeito, se, em 1948, participavam com 21%, já em 1952 atingiram a 24% do total. Essa transformação foi obtida, em pequena parte, pela racionalização das despesas públicas, mediante o desvio de recursos para inversões, em detrimento dos gastos correntes, e, em maior parcela, pela criação de novas fontes de receita para o Tesouro, com o fim pre-

cípua de financiar os gastos à conta de capital com um mínimo de pressões inflacionárias. Segundo as informações disponíveis, a percentagem dos dispêndios com investimentos em relação ao total das despesas públicas aumentou de 18% para 25% no período 1948/52.

38. Além dos fundos para desenvolvimento regional, previstos na Constituição Federal (Valorização Econômica da Amazônia, Defesa Contra Sêcas do Nordeste, e Aproveitamento Econômico do Vale do São Francisco), muitos outros recursos de destinação especial têm sido criados pela lei ordinária, bastando referir os que devem ser constituídos mediante a arrecadação das taxas de melhoramentos e renovação patrimonial das ferrovias, dos impostos sôbre combustíveis líquidos, dos adicionais às tarifas portuárias, etc. Além disso, experimentou-se, embora limitadamente, coordenar os investimentos públicos nos setores da saúde, alimentação, transporte e energia, mediante a elaboração do orçamento específico que se convencionou chamar Plano Salte. Mais recentemente, confirmando as diretrizes adotadas no que concerne aos investimentos públicos, criou-se o Fundo de Reparelhamento Econômico, cuja aplicação determinou a instituição do Banco, e se estabeleceram providências para a obtenção de recursos destinados à aplicação nos setores de energia elétrica, petróleo e carvão.

39. Ao Banco foi reservada a tarefa, dentro das novas linhas da política econômica do Governo, de financiar o reaparelhamento dos serviços básicos da economia nacional, bem como promover a implantação e a expansão de indústrias essenciais, para cuja realização a atividade privada se tem mostrado incapaz. Trata-se de investimentos que exigem elevadas doses de capital, de maturação lenta, e que não podem proporcionar, pelas condições mesmas da economia nacional, os lucros a que estão habituados os investidores particulares nos seus campos tradicionais de aplicação.

40. A transformação da política econômica do governo no sentido de influir no crescimento da renda do país através de investimentos públicos diretos, em setores produtivos, é relativamente recente. Dêste modo, qualquer avaliação dos seus efeitos, ainda é difícil e precária tanto mais quanto sômente agora essa orientação se revestiu de caráter sistemático. Os investimentos públicos apre-

sentavam a composição seguinte em 1952, último ano em relação ao qual se dispõem de dados (em %):

1. Compra de estoques de mercadorias (algodão, lã, sisal, etc.)	30,2
2. Rodovias	23,5
3. Ferrovias	9,4
4. Construções com finalidade social	7,7
5. Portos, canais, dragagens, etc.	1,8
6. Açudes, barragens, etc.	1,7
7. Equipamento agrícola	0,5
8. Petróleo	0,3
9. Material permanente	4,3
10. Outros	20,6

41. A conclusão mais animadora que, no momento, se pode auferir dos dados e elementos informativos compulsados, é a de que os investimentos destinados a romper os obstáculos que impedem a franca expansão das atividades produtivas do país, estão começando a ter melhor tratamento e que providências essenciais para proporcionar as «economias externas» de que se carece estão sendo tomadas. É certo que, inicialmente, durante a execução desses investimentos, com recursos desviados de outras atividades produtivas, a relação capital/produto tenderá a aumentar, o que significará menor incremento de renda por unidade de capital investido; da mesma sorte, as pressões sobre o balanço de pagamentos não poderão ser atenuadas. Decorrido, porém, pequeno prazo, que se pode estimar em aproximadamente cinco anos, tais aplicações irão propiciar o crescimento da produção com uma relação capital/produto bem mais baixa, isto é, a renda tenderá a crescer a uma taxa maior do que o ritmo de acumulação de capitais.

42. É de prever-se, durante os próximos cinco anos, mesmo que as perspectivas da capacidade para importar permitam a ocorrência de taxa de crescimento de 5,3% ao ano, ritmo mais lento de desenvolvimento, na hipótese de se desejar restabelecer o equilíbrio das contas externas e evitar um processo inflacionário aberto. Tal alternativa significaria um crescimento dos investimentos líquidos em proporção bem menor que 5% anualmente, o que, juntamente com a nova orientação dos investimentos que tende a reduzir, na fase inicial, o produto por unidade de capital investido,

resultará numa razão de crescimento da renda na base de 3,6% por ano, menos da metade, portanto, do que a taxa ocorrida nos últimos 6 anos. Não obstante, no período subsequente e até 1962, se a capacidade para importar, obedecendo à sua tendência secular, voltar à taxa de 2,4% ao ano, as atividades econômicas poderão manter-se no mesmo ritmo anterior, sem quebrar a estabilidade a curto-prazo.

2. — Os investimentos do BNDE

43. Ainda é muito cedo para se ter idéia precisa, em termos quantitativos, da influência dos investimentos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico no comportamento da renda nacional e no balanço de pagamentos, bem como das transformações estruturais que provocará no conjunto das atividades produtivas do país. Os financiamentos já concedidos pelo Banco atingiam, em 31 de dezembro de 1953, a Cr\$ 2.132 milhões, dos quais apenas Cr\$ 252 milhões haviam sido utilizados pelos mutuários. Estão, portanto, tais investimentos, em pleno período de utilização e seus resultados produtivos só se farão sentir mais tarde. Na parte seguinte desta Exposição serão oferecidos elementos que permitem avaliar a atividade do Banco em benefício da execução do programa de reaparelhamento.

SEGUNDA PARTE

AS ATIVIDADES DO BANCO NO EXERCÍCIO DE 1953

I — PRELIMINARES

44. Esta parte do Relatório não constitui, como poderia afigurar-se em razão do seu título, um balanço completo de tôdas as atividades, administrativas e específicas, do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico durante o exercício de 1953. A compreensão é mais limitada, restringindo-se, tão sòmente, ao relato das atividades exercidas em 1953 que se relacionem com o programa de desenvolvimento econômico delineado nas Leis ns. 1.474, de 26 de novembro de 1951, e 1.628, de 20 de junho de 1952. O relatório de natureza pròpriamente administrativa é apresentado, na época pròpria, ao Poder Executivo, nos têrmos e de acôrdo com as normas em vigor.

45. Não obstante esta circunstância, julgou-se acertado focalizar, embora em têrmos de síntese, alguns aspectos da administração do Banco, além de efetuar o exame pormenorizado, previsto em Lei, da sua vida financeira no exercício transato. Contribuiu para recomendar essa orientação o fato de os problemas administrativos terem tido influência fora do comum, no exercício de 1953, sòbre a execução das tarefas cometidas ao Banco. Não se tornou possível, com efeito, como se verá a seguir, concretizar, senão no segundo semestre do ano, as providências mínimas indispensáveis para assegurar o funcionamento normal dos serviços administrativos do Banco. Concorreram para êsse retardamento, entre outros fatores, a circunstância de sòmente nessa época ter ficado decidida

a entrega ao Banco de parcela substancial dos fundos que lhe foram assegurados em lei, e, também, haver ocorrido atraso imprevisto nas obras do prédio reservado para sede do estabelecimento.

II — ORGANIZAÇÃO

1. — Estruturação

46. O Conselho de Administração e a Diretoria do Banco iniciaram suas atividades em 25 de julho de 1952, data que assinala a posse dos membros dos dois Colégios. O Conselho se preocupou, desde logo, com a elaboração do Regimento Interno do Banco, o qual foi aprovado pelo Ministro da Fazenda a 18 de novembro e entrou em vigor a 1 de dezembro de 1952, com a respectiva divulgação no Diário Oficial da União.

47. A estrutura básica do Banco ficou estabelecida no Regimento, com a indicação dos seis grandes Departamentos que a integram. Mediante Resoluções aprovadas em novembro de 1952 e julho de 1953, o Conselho de Administração, no uso de suas atribuições legais, completou, posteriormente, a organização, criando as unidades técnico-administrativas dependentes dos órgãos superiores já instituídos. Foi a seguinte a estrutura adotada e que prevaleceu até o fim do exercício:

Departamento Econômico

Chefia

Divisão de Planejamento e Coordenação

Setor de Renda Nacional

Setor de Balanço de Pagamentos

Setor de Política Monetária e Fiscal

Divisão de Projetoamento

Setor de Análise de Mercados

Setor de Análise Financeiro-Contábil

Setor de Análise de Custos e Produtividade

Serviço de Estatística e Documentação

Departamento Técnico

Chefia
Divisão de Estudos e Projetos
Divisão de Levantamentos e Pesquisas
Divisão de Orçamento

Departamento Financeiro

Chefia
Serviço de Cadastro
Divisão de Contabilidade
 Seção de Depósitos
 Seção de Empréstimos
 Seção de Contas em Moeda Estrangeira
 Seção de Contrôles Legais
Divisão de Valores e Tesouraria
 Seção de Tesouraria
 Seção de Custódia e Cauções

Departamento Jurídico

Chefia
Divisão de Pareceres
Divisão de Contratos
Divisão de Pesquisas

Departamento de Contrôles

Chefia
Divisão de Fiscalização Técnica
Divisão de Fiscalização Administrativa e Financeira

Departamento Administrativo

Chefia
Seção do Pessoal
Seção do Material
Seção de Organização e Métodos
Seção de Mecanografia
Seção de Comunicações e Arquivo

Seção de Traduções
Seção de Reprodução de Projetos
Seção de Biblioteca e Documentação
Portaria

48. A organização referida não é considerada, naturalmente, a definitiva; é tida, pelo contrário, como provisória e o funcionamento de cada unidade está sendo cuidadosamente examinado para o fim de aquilatar, à luz da experiência adquirida, a adequação da estrutura à melhor consecução dos objetivos do Banco. A natureza transitória da organização aconselhou não fôsem baixadas, de imediato, as normas regimentais de cada Departamento, preferindo-se regular o funcionamento de cada qual mediante instruções internas aprovadas pelos respectivos chefes.

2. — Pessoal

49. Sòmente a partir de agosto de 1953 teve início o provimento dos cargos criados pelo Conselho de Administração em Resolução de 17 de julho anterior. As nomeações, atendendo à restrição legal existente, foram feitas, sempre que se tratava de cargo de carreira, em caráter interino. Até a referida data encontravam-se em exercício, apenas, os responsáveis por alguns dos cargos de chefia, os quais eram auxiliados ou por servidores da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU), especial e temporariamente colocados à disposição do Banco, ou por pessoas remuneradas «por serviços prestados».

50. Por êste motivo as despesas com os vencimentos do pessoal, até o mês de julho, corresponderam a apenas 25% do total de Cr\$ 9.005.167,90 despendido durante o ano sob a referida rubrica. O quadro do pessoal compreendia, a 31 de dezembro, 329 cargos, abrangendo os de chefia e assessoramento e o pessoal subalterno.

A lotação das carreiras de nível superior era a seguinte:

Advogado	6
Economista	10
Engenheiro	12

Seguem-se, na ordem de hierarquia, 31 Assistentes Técnicos, 58

Assistentes Administrativos e 91 Auxiliares Administrativos (escriturários, datilógrafos, arquivistas, correntistas, calculistas, etc.).

51. Há que considerar, por conseguinte, no exame das realizações do Banco em 1953, o fato de os trabalhos terem sido efetuados durante a maior parte do exercício por limitado número de auxiliares. Não se pode desprezar, ainda, a circunstância de que se impunha aos servidores admitidos no fim do ano, antes que a produção individual atingisse nível mínimo satisfatório, um período de adaptação às novas obrigações.

3. — Instalações

52. Vinha o Banco ocupando, desde a sua criação, algumas dependências do edifício do Ministério da Fazenda, anteriormente utilizadas pela CMBEU. As instalações, entretanto, eram insuficientes e insatisfatórias, não se encontrando bem instalados nem mesmo os próprios órgãos de direção.

53. Na segunda quinzena de setembro, porém, tornou-se possível o início da instalação dos diferentes serviços do Banco em novas dependências, situadas no edifício nº 48 da Rua 7 de Setembro. Foram alugados, no mencionado imóvel, 7 pavimentos, que permitiram a instalação do Banco em condições bem superiores às que até então prevaleciam. Proporcionou-se, desta maneira, aos órgãos dirigentes e aos servidores, ambiente mais adequado à natureza do trabalho que a uns e outros cabe executar.

54. As providências relativas à admissão de pessoal e à escolha de novas instalações coincidiram com um período em que se tornou escasso e de custo elevado no mercado interno o equipamento de escritório, principalmente máquinas de escrever, somar e calcular. Foi julgado mais conveniente, por isso mesmo, encomendar diretamente no exterior o material indispensável aos diferentes serviços do Banco, ainda mesmo que dessa orientação pudesse resultar, como de fato ocorreu, certo retardamento na obtenção do nível de produção que se devia esperar da capacidade do pessoal admitido.

4. — Legislação

55. Durante o ano de 1953 dois atos legislativos foram baixados em relação ao Banco. A Lei nº 1.869, de 27 de maio de 1953, tornou possível o recolhimento ao Banco, a critério da autoridade julgadora, das consignações em pagamentos e, em geral, das importâncias em dinheiro cujo levantamento ou utilização dependa de autorização judicial. Esse recolhimento, até a data da Lei, deveria ser efetuado exclusivamente no Banco do Brasil.

56. O Decreto nº 34.449, de 3 de novembro de 1953, autorizou o Banco, expressamente, a contrair empréstimo em dólares, no exterior, para atender às despesas com a modernização de freios e engates e a substituição de vagões da Estrada de Ferro Santos a Jundiaí. Permitiu o aludido ato, também, a concessão de financiamento, em cruzeiros, à mesma ferrovia.

57. Ao lado desses dois atos deve ser referida, ainda, como providência de natureza legislativa, a Portaria nº 834, de 18 de setembro de 1953, baixada pelo Ministro da Fazenda no uso das atribuições que lhe confere o art. 7º da Lei nº 1.628. Nos termos da citada Portaria, as empresas de seguro e capitalização que funcionam no país, inclusive as que operam sob a forma de cooperativa, ou sociedade mútua, ficaram obrigadas a recolher ao Banco 25% (vinte e cinco por cento) do valor das reservas técnicas que devessem constituir no exercício de 1953. O recolhimento desses recursos, previsto na Lei e deixado ao critério do Poder Executivo, visa ao refôrço dos fundos com que conta o Banco para atender ao programa de reaparelhamento.

58. Não é fora de propósito incluir ainda, nesta resenha de atos, referência à Resolução nº 5 do Conselho de Administração do Banco, que regulou a concessão de empréstimos ou financiamentos, a prazo curto ou médio, a fornecedores e empreiteiros de mutuários do próprio Banco. Constam da regulamentação, entre outras condições, o prazo máximo para as operações, juro mínimo e comissões.

III — ESTUDOS E PESQUISAS

1. — Generalidades

59. Não se torna possível traçar as linhas básicas de uma honesta política de investimentos, que tenha por objetivo o acréscimo da renda real per capita da população, sem se possuir antes um conhecimento das condições econômicas gerais do país. O levantamento prévio dos fenômenos que caracterizam a estática e a dinâmica da economia brasileira, impõe-se como condicionante do êxito de qualquer programa geral de distribuição e orientação de investimentos.

60. É preciso reconhecer que o Banco não estará atendendo integralmente aos seus objetivos enquanto não se subordinar toda a ação desenvolvida pelo Estado em prol do desenvolvimento econômico do país a uma política geral de investimentos. Faz-se mister, com efeito, para assegurar a máxima reprodutividade aos limitados recursos de que pode o país dispor, submeter a uma disciplina previamente fixada toda a atividade do Poder Público que venha a influir, direta ou indiretamente, sobre a formação do capital nacional. A ação unilateral do Banco, por mais corretos e justificados que sejam os critérios seletivos por ele adotados e por maior consideração que se dêem aos efeitos que venham a se produzir pelos financiamentos sobre o balanço de pagamentos e a renda nacional, terá alcance fatalmente circunscrito aos setores da economia nacional mais de perto vinculados a cada empreendimento. Além dessa área exclusiva e limitada, os efeitos acelerativos se amortecerão, desaparecendo ante a inércia de fatores negativos não anulados oportunamente.

61. O Banco não esteve desapercebido no que se refere a êsse problema. Cabendo-lhe, regimentalmente, elaborar sugestões a respeito da política de investimentos a ser seguida no país e dependendo o bom êxito de sua atividade dessa mesma política, vem procurando obter aquêlê conhecimento preliminar da economia brasileira acima referido. Felizmente os estudos de natureza econômica alcançaram no Brasil, nos últimos tempos, apreciável ritmo de evolução, motivo porque já se contam com pesquisas bem realizadas sobre aspectos importantes da economia nacional. De outra parte, os serviços de estatística vêm empenhando os melhores es-

forços no sentido de aperfeiçoar os trabalhos que realizam, sendo digna de nota a redução verificada, na maioria dos casos, nos prazos de divulgação dos resultados dos inquéritos. Os progressos obtidos nos últimos anos fazem esperar estejam sanadas, dentro em breve, lacunas mais graves que ainda se observam nos dados estatísticos.

62. A documentação econômico-estatística existente, resultante de pesquisas parciais e isoladas, não se afigurou, entretanto, suficiente para oferecer a visão de conjunto de que se carece para a orientação racional das inversões. Esta verificação trouxe preocupações aos responsáveis pelos setores especializados do Banco, em virtude, principalmente, da inexistência de servidores com experiência em pesquisas da amplitude da que seria mister realizar e da insuficiência de tempo para submeter um grupo adrede selecionado ao treinamento a isso necessário. Assim, as medidas assentadas com o objetivo de sanar as insuficiências verificadas em outras pesquisas, estariam talvez destinadas ao malôgro pela falta de uma equipe capaz e desde logo convenientemente adestrada.

2. — Grupo Misto de Estudos BNDE-CEPAL

63. Surgiu, então, quando se examinavam essas dificuldades, a possibilidade de uma solução, por sinal das melhores que se poderiam oferecer ao Banco. A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), órgão regional das Nações Unidas sediado em Santiago, Chile, tomando conhecimento das dificuldades ocorrentes, se prontificou a cooperar no sentido de obter a concretização das investigações. A mencionada entidade vem procedendo a estudos sôbre modelos de desenvolvimento econômico aplicáveis aos países da América Latina, tendo por base a mensuração do ritmo de crescimento em períodos longos e a sua projeção no futuro. Tanto em uma quanto noutra fase são coletados elementos valiosos para a análise da economia nacional, considerada esta quer no seu conjunto, quer em aspectos singulares.

64. Propunha-se a CEPAL a realizar, em estreita cooperação com o Banco, as pesquisas indispensáveis à aplicação ao Brasil da técnica de programação por ela recomendada, efetuando, ainda, os estudos laterais e complementares julgados de interesse para qualquer das partes. A colaboração, com tanta boa vontade oferecida,

foi aceita, autorizando o Conselho de Administração do Banco a determinação das providências preliminares necessárias. Foi firmado, posteriormente, um convênio, formalizando os entendimentos, que consubstanciou os seguintes pontos:

- a) — a criação, na sede do Banco, no Rio de Janeiro, de um Grupo Misto de Estudos, constituído de servidores do Banco e da CEPAL, para estudar a aplicação, à economia brasileira, dos métodos de planejamento estrutural adotados pela referida entidade;
- b) — a colocação à disposição do Banco, pela CEPAL, de elementos qualificados para cooperar com o Grupo Misto, os quais deveriam permanecer no Rio pelo prazo de um ano ou o período julgado necessário;
- c) — a designação, pelo Banco, de economistas do seu quadro técnico para integrar o Grupo Misto;
- d) — a realização, pelo Banco, das tarefas auxiliares dos trabalhos do Grupo Misto, inclusive no que se refere à secretaria e comunicações;
- e) — a aprovação do programa de pesquisas do Grupo Misto de Estudos, em bases provisórias e compreendendo a coleta e a análise de dados com o objetivo de avaliar o crescimento econômico do Brasil; a determinação da natureza do problema de desenvolvimento econômico brasileiro; o delineamento de um esquema básico de dados que permitam traçar perfis dos programas de desenvolvimento econômico para o Brasil;
- f) — a elaboração de relatório expositivo e conclusivo, sob a responsabilidade conjunta do Banco e da CEPAL.

65. Já no primeiro semestre de 1953, embora o Banco dispusesse de pequeno número de servidores e estivesse instalado de maneira pouco satisfatória, tiveram início os trabalhos do Grupo Misto de Estudos. Ficou assentado que o Setor de Renda Nacional do Departamento Econômico, pela natureza de suas atribuições e inter-relacionamento de suas pesquisas com as que se projetavam, integraria diretamente o Grupo, devendo ainda o Serviço de Estatística e Documentação funcionar como órgão de coleta e elaboração primária. Além disto, os outros setores do Departamento prestariam indiretamente a sua colaboração. A presidência do Grupo e a direção executiva dos trabalhos foi confiada a um dos técnicos

da CEPAL designados para servir junto ao Banco enquanto vigerasse o convênio. Com exceção do Presidente e do seu Assistente, ficou assentado que outros técnicos da CEPAL seriam convocados somente quando se iniciassem os estudos compreendidos nos respectivos setores de especialização, prestando ao Grupo a sua cooperação enquanto fôsse mister.

66. Mostraram-se altamente produtivos os processos de trabalho adotados pelo Grupo Misto de Estudos e a fórmula de pesquisa em colaboração que lhe serve de fundamento. Entre outros trabalhos realizados durante o exercício, com o objetivo de levantar a situação da economia brasileira, incluem-se os seguintes:

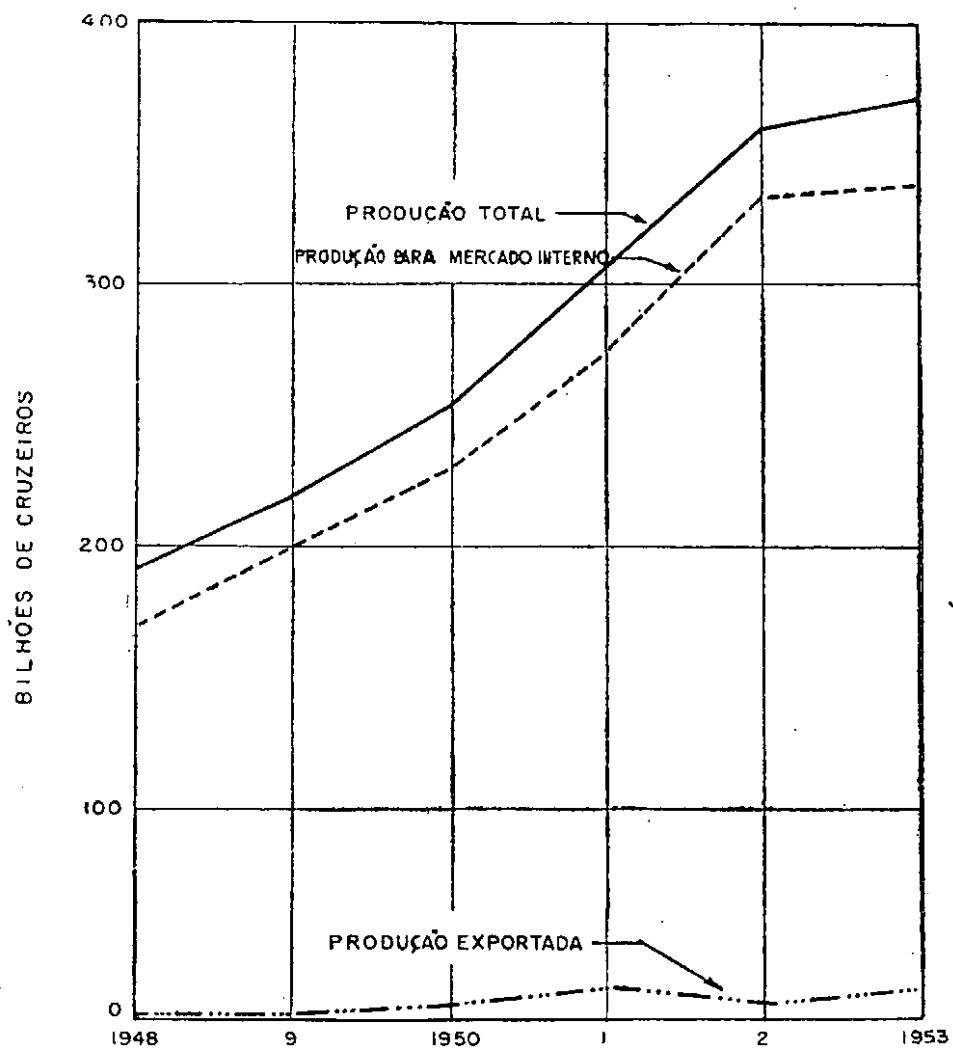
- a) — levantamento de séries estatísticas relativas ao período 1939-1953 e referentes à produção física, renda, dispêndio, consumo, inversões e transações com o exterior, para o conjunto do Brasil e as suas regiões geo-econômicas;
- b) — sistematização de dados originais e cálculo de números índices, de 1939 a 1953, referentes à produção agrícola (quantum e preços), comércio de cabotagem e comércio exterior, também segundo as Unidades da Federação e as Regiões;
- c) — início da coleta e sistematização dos dados necessários ao cálculo dos números índices relativos a transportes no Brasil, no período e com as discriminações referidas nas alíneas precedentes.

67. Os levantamentos ora referidos e outros que os complementaram, serviram de base à análise agregativa do desenvolvimento econômico do país nos últimos 14 anos, com o exame pormenorizado de cada fator e segundo distribuição regional, bem assim de estudos de projeções alternativas de desenvolvimento máximo e mínimo da economia brasileira, até 1962. Já foi encetada, em complemento, a redação das análises e estudos efetuados, estando o texto preliminar sendo examinado pelos componentes do Grupo e os demais técnicos do Departamento Econômico.

68. Ao encerrar o exercício chegou ao Brasil um técnico do Secretariado Geral da Organização das Nações Unidas, que vem orientar os trabalhos do Grupo Misto na parte concernente ao

R2088 F0078

PRODUÇÃO DO BRASIL, PARA MERCADO
INTERNO E PARA EXPORTAÇÃO-1948/53
(A Preços Correntes)



levantamento das contas do setor público que integram o conjunto da Contabilidade Nacional, compreendendo tôdas as órbitas administrativas, incluindo as entidades paraestatais, e visando, principalmente, à caracterização da conta de capital. Anteriormente esteve no Rio, prestando sua colaboração, outro técnico da CEPAL, especializado em renda nacional.

3. — Acôrdio com o Instituto Brasileiro de Economia, da F.G.V.

69. Entre as pesquisas econômicas mais necessárias à orientação das atividades regulares do Banco, inclui-se, em posição de relêvo, as que se referem às estimativas da renda nacional e à análise das diferentes parcelas que constituem o seu agregado. Por outro lado, o conhecimento dos quantitativos relativos à renda nacional mais se tornaram necessários, para o Banco, em vista dos estudos, por êle empreendidos em colaboração com a CEPAL, sôbre a caracterização e evolução da economia brasileira. Felizmente o Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), da Fundação Getúlio Vargas, vem elaborando regularmente, de uns tempos a esta parte, as estimativas da renda nacional, de maneira que se pode ter como a mais satisfatória em face da precariedade e insuficiência dos dados disponíveis.

70. Os resultados que vinham sendo divulgados, entretanto, já pela demora com que apareciam, já pela omissão que se verificava na distribuição dos dados pelos setores ou na apresentação de quadros auxiliares essenciais, não estavam atendendo às necessidades do setor específico do Banco. Como não convinha, evidentemente, iniciar o Banco pesquisas independentes com o objetivo de suprir as lacunas em causa — visto que, em última análise, essa providência importaria na elaboração concomitante de novas estimativas da renda nacional — procurou-se entrar em entendimentos com o IBRE, de modo a conseguir, com o resguardo dos interesses de cada instituição, a solução que melhor atendesse às mútuas conveniências.

71. As conversações chegaram a bom término, obtendo-se, como resultado, o compromisso de o IBRE fornecer ao Departamento Econômico do Banco, em datas que foram estipuladas, os resultados dos seus trabalhos de pesquisa, com a compreensão e discriminação também indicadas. O Banco, por sua vez, assentiu em suprir a Fundação Getúlio Vargas de parte dos recursos indispen-

sáveis para fazer face ao acréscimo de despesas que a nova orientação dada aos trabalhos do IBRE possivelmente acarretaria.

72. Comprometeram-se ambas as partes convencionantes a examinar, conjuntamente, as modificações conceituais e metodológicas que forem sugeridas para o progressivo aperfeiçoamento das pesquisas econômicas relacionadas com a renda nacional e seus componentes e que concorram para a eficiente programação das atividades do Banco.

73. Entre as informações que passará o Banco a obter graças ao acôrdo firmado com a Fundação Getúlio Vargas, incluem-se as seguintes, além das estimativas da renda nacional por tipo de pagamento e distribuição setorial e regional:

- a) — estimativa dos investimentos públicos, convenientemente discriminada;
- b) — estimativa das economias públicas e privadas, distinguida, em relação à última, a parcela correspondente aos indivíduos;
- c) — estimativas da renda pessoal e da renda pessoal disponível;
- d) — estimativa do produto nacional, indicando a participação dos setores de atividade econômica que concorreram para a constituição do valor adicional;
- e) — análises da renda nacional, dos investimentos, das economias, do produto nacional das transações com o exterior e da evolução das economias regionais.

4. — Pesquisas e Estudos Diversos

74. Dentre outras pesquisas realizadas ou iniciadas pelo Departamento Econômico durante o ano, com a finalidade já de servir de complementação aos trabalhos do Grupo Misto de Estudos, já de proporcionar conhecimento mais pormenorizado de determinados aspectos da economia brasileira, se sobressaem as seguintes:

- a) — estimativa do capital reprodutível em 1939 e 1949;
- b) — elaboração do balanço energético do Brasil, segundo as fontes de energia e as principais modalidades de consumo, de 1939 a 1952;

- c) — levantamento do valor dos fretes e dos seguros marítimos, segundo cada classe de manufaturas;
- d) — análise dos principais itens do balanço de pagamentos no Brasil, de 1939 a 1952;
- e) — estimativa do afluxo de capital estrangeiro no período 1939 a 1952;
- f) — cálculo da substituição líquida de importações de produtos industriais nas bases dos censos de 1940 e 1950;
- g) — estudos das séries das estatísticas do comércio exterior, para análise de tendências do «quantum», «terms of trade», capacidade para importar, importações efetivas, etc.;
- h) — projeção preliminar do balanço de pagamentos do Brasil até 1962.

75. Foram, ainda, realizados estudos preliminares sobre critérios de investimentos, com o fim de os aplicar aos pedidos de empréstimos dirigidos ao Banco. Esboçou-se, também, um primeiro esquema de Contabilidade Nacional, com vista à implantação desse sistema de mensuração macroeconômica no Brasil.

76. Teve ainda o Banco oportunidade de realizar, em colaboração com a Organização das Nações Unidas e a Comissão Organizadora do Banco do Nordeste, um estudo sobre a economia do Nordeste e dos Estados que o compõem. A investigação foi levada a efeito sob a responsabilidade técnica do Professor Hans Singer, economista dos quadros da O.N.U. mundialmente conhecido pelos seus estudos sobre desenvolvimento econômico. O Professor Singer consubstanciou suas impressões e conclusões em expressivo relatório, já publicado em inglês e que está sendo traduzido para divulgação no Brasil. A matéria está exposta no Relatório em nove capítulos que receberam o entitulação seguinte:

- a) — Estimativa do capital necessário ao desenvolvimento econômico do Nordeste.
- b) — Estimativa da deteriorização dos «terms of trade» da região do Nordeste, no período 1939/1952, e seu significado econômico.
- c) — Problemas fiscais do Nordeste.
- d) — Justificativa econômica para um programa de investimentos no Nordeste.

- e) — Providências para acrescer a produtividade de novos investimentos aplicados no Nordeste.
- f) — Fatores que contribuem para o retardamento do desenvolvimento do Nordeste brasileiro e sua importância relativa.
- g) — A razão «capital-output» (produtividade do capital investido) no Estado do Ceará.
- h) — Impressões de natureza econômica do Nordeste.
- i) — Esquema de desenvolvimento para o Nordeste.

77. Não parece fora de propósito incluir, no relato de estudos e pesquisas, referência ao fato de haver o Banco, principalmente por intermédio do seu Presidente, participado dos entendimentos e conversações realizados com o Dr. Milton Eisenhower quando de sua estada no Brasil. Houve oportunidade, com efeito, naquele momento, de se exporem, objetiva e documentadamente, alguns dos problemas que enfrenta o país para a expansão de sua economia, bem assim as medidas que vinham sendo promovidas com a finalidade de evitar uma diminuição no ritmo de crescimento ultimamente verificado. Além das exposições verbais que teve ocasião de fazer, houve ainda por bem o Presidente do Banco oferecer ao ilustre visitante esclarecimentos escritos, os quais foram acompanhados da documentação estatística e geral correspondente.

IV — FINANCIAMENTOS

1. — Introdução

78. A concessão de financiamentos a empreendimentos ou iniciativas que contribuam, direta ou indiretamente, para a expansão da economia nacional, com a conseqüente elevação do ritmo de crescimento do país, constitui o objetivo único e exclusivo das atividades do Banco. É o que se depreende, sem dúvida, do dispositivo que criou o estabelecimento e que explicitamente subordina à sua responsabilidade a execução do programa de reaparelhamento, expansão e desenvolvimento de atividades básicas, cujas linhas gerais as Leis ns. 1.474, 1.518 e 1.628 fixaram.

79. A análise dos financiamentos já concedidos, tanto no que concerne ao valor, quanto no que se refere aos setores de atividades

em que se classificam, deve tomar em conta, para não proporcionar visão falseada dos trabalhos levados a efeito em 1953, uma série de circunstâncias de ordem material e conceitual.

80. Já se mencionaram, anteriormente, o retardamento ocorrido no provimento do quadro de pessoal e as dificuldades encontradas pela direção do Banco no que se refere a instalação e a material. Cumpre referir, no momento, problemas fundamentais que tiveram de ser enfrentados e que dizem respeito à própria constituição dos recursos para operação.

81. Antes, porém, deve-se chamar a atenção para o fato de que apreciável parcela dos financiamentos solicitados ao Banco, pela natureza dos empreendimentos a que se destinam ou o vulto dos capitais a imobilizar, estão intimamente ligados ao emprêgo de recursos provenientes de outras fontes, nacionais ou estrangeiras. Estão neste caso, por exemplo, os projetos elaborados pela CMBEU, cuja concretização global exigirá um dispêndio em moeda estrangeira de montante aproximadamente igual aos gastos estimados em cruzeiro. Ocorre, porém, que a importância em dólar ou moeda equivalente, que ficou de ser proporcionada por estabelecimentos de crédito estrangeiros, vem sendo concedida em ritmo bem mais lento do que seria necessário. Esta circunstância impõe certa lentidão na concessão dos empréstimos pelo Banco, visto como, via de regra, os cálculos de rentabilidade foram realizados levando em conta os rendimentos decorrentes das melhorias levadas a efeito graças ao financiamento externo.

82. O sistema adotado para o recolhimento da parcela que corresponde a cerca de 60% dos fundos previstos para ficar à disposição do Banco — o montante da arrecadação dos adicionais ao imposto de renda — apresenta, segundo a observação colhida até o momento, grave inconveniente, qual seja o de não permitir a entrega ao Banco dos recursos relativos a cada exercício senão quando já transcorreu grande parte do ano seguinte. O retardamento se verifica em virtude de o lançamento, a arrecadação e a contabilização do adicional dependerem da realização dessas mesmas providências em relação ao imposto principal, as quais, pela importância do tributo no conjunto da receita da União, são demoradas e estão prêsas a uma execução complexa. Da vinculação, obrigatoriamente existente, redundou o fato de o Banco vir a receber, somente nos meses de

11

setembro e novembro, parcela substancial da arrecadação no exercício passado. Estudos estão sendo realizados com a finalidade de estabelecer um processo segundo o qual possa o Banco receber, sem maior demora, o produto da arrecadação em cada exercício.

83. Não foi julgado oportuno e conveniente, outrossim, o recurso à faculdade estatuída no art. 7º da Lei nº 1.628 e a determinação para o recolhimento compulsório ao Banco de parcelas dos depósitos das Caixas Econômicas Federais e das receitas anuais das instituições de previdência social. Essa abstenção, justificável em face dos interesses das aludidas entidades, importou em desfalcas, nos dois primeiros anos de atividades, os fundos do Banco de cerca de Cr\$ 1.800 milhões, segundo as estimativas de receita realizadas. Dentre as três fontes suplementares de recursos do Banco, apenas se socorreu o Governo das reservas técnicas das companhias de seguro e capitalização. Pela Portaria nº 834, já referida, ficaram as aludidas instituições obrigadas a recolher ao Banco, durante o ano, 25% — a quota máxima permitida na Lei — dos acréscimos verificados nas suas reservas técnicas entre dezembro de 1951 e 1952. Note-se que o mencionado ato ainda permitiu fôsse o recolhimento realizado parceladamente, com o limite máximo, porém, de cinco prestações.

84. Outra fonte de recursos com que poderia contar o Banco — o «Fundo Especial de Juros, Amortizações e Resgate das Obrigações do Reaparelhamento Econômico» — ainda não se constituiu integralmente, em vista, sobretudo, de não terem sido concluídos os estudos sobre os tributos e contribuições que ao mesmo devam reverter. Estabelece o art. 4º da Lei nº 1.628 que ao mencionado Fundo serão recolhidas, respeitados os vínculos já em vigor, as taxas, sobretaxas, rendas ou contribuições existentes a 20 de junho de 1952 e destinadas a fins de reaparelhamento ou desenvolvimento econômico. Condicionou a Lei êsse recolhimento à destinação dos tributos ou contribuições, os quais devem objetivar o atendimento dos serviços de juros, amortizações e resgate dos encargos assumidos pelas entidades beneficiárias para custeio ou financiamento de programas ou projetos de reaparelhamento, ampliação ou fomento.

85. A obrigatoriedade do previsto recolhimento não foi suficiente para autorizar a efetivação da medida. O problema é complexo, envolvendo uma série de questões que vão desde a caracterização dos

tributos e contribuições compreendidos na generalização da Lei, até o exame da extensão da exigência de recolhimento a empresas privadas e a análise das vinculações porventura existentes.

86. Verifica-se, por conseguinte, que os recursos colocados à disposição do Banco, para aplicação em 1953, foram inferiores aos que se estimavam. Ao lado dessa ocorrência, a demanda de financiamentos, como se verá em outro parágrafo, atingiu a inesperado nível, ultrapassando a expectativa mesmo se se consideram apenas aqueles empreendimentos indiscutivelmente compreendidos no campo de atuação do Banco. A insuficiência de recursos mais se delineou em face da elevação geral dos preços de material e dos serviços, no país e no exterior. Além disso, solicitações de financiamentos totais foram formuladas para a execução de projetos elaborados pela CMBEU, quando se previra apenas a participação financeira parcial do Banco.

87. Esse conjunto de fatores impunha a maior prudência quanto à concessão de financiamentos. Fazia-se mister, com efeito, adotar orientação que não viesse a prejudicar, de imediato ou no futuro, a realização de empreendimentos básicos ou essenciais à expansão econômica do país. Assegurou-se prioridade, por isso mesmo, aos projetos elaborados pela CMBEU, e, entre êstes, se procurou garantir financiamento para os programas de melhoria do sistema ferroviário e de elevação do potencial de energia elétrica.

88. O Banco está adstrito, no desempenho de suas atribuições, a conceitos legais e doutrinários que, deliberada e acertadamente, restringem a sua capacidade de operação, considerada esta sob o ponto de vista da classificação das atividades econômicas possivelmente beneficiárias. Além de energia elétrica, meios de transporte, portos, armazenamento, frigoríficos e matadouros, só pode o Banco conceder financiamentos, nos termos da sua legislação orgânica, para o desenvolvimento de indústrias básicas e da agricultura.

89. A conceituação de indústria básica — evidentemente mutável segundo as condições econômicas de cada país e variável de acordo com a própria evolução da conjuntura nacional — não podia constar da legislação. Os órgãos especializados do Banco, por sua vez, embora preocupados em obter limites menos imprecisos para os seus estudos, não se ativeram ainda em fixar o conceito, preferindo ir re-

colhendo ensinamentos e experiências do trabalho objetivo diariamente realizado, mediante análise de cada projeto. Socorrem-se, em verdade, enquanto não se decidem por definição própria, da conceituação da Comissão de Desenvolvimento Industrial, implícita na ordenação preferencial, pela mesma aprovada, de indústrias que darão ao país os elementos básicos para o desenvolvimento agrícola e industrial.

90. Vem-se procurando, da mesma maneira, ir estabelecendo aos poucos uma delimitação mais precisa para a expressão «desenvolvimento da agricultura» utilizada pelo legislador nos textos legais que deram organização ao Banco. Tem-se entendido que os empreendimentos agrícolas financiáveis serão somente aqueles que, à semelhança dos serviços básicos de energia, transportes, portos etc., se caracterizem pela manifestação de efeitos promocionais apreciáveis sobre a economia rural ou urbana, redundando de sua ausência o entorpecimento das atividades agropecuárias e a inibição da sua expansão. Os projetos em questão reclamam, via de regra, pelo menos nas condições tecnológicas e sociais vigentes, elevada concentração de capital por unidade de produto, além de demandarem, para garantia de uma rentabilidade mínima, inversões elevadas, somente amortizáveis em prazos longos. Tais critérios, — por certo os mais condizentes com a definição de desenvolvimento econômico — retiram naturalmente do campo da atuação do Banco grande parcela de pedidos de financiamentos, como sejam os que se destinam à exploração de produtos agrícolas de consumo imediato.

91. Cumpre, aliás, firmar a compreensão de que o Banco não foi instituído para operar na mesma linha dos estabelecimentos de crédito já existentes no país. Seu objetivo, como se depreende dos atos que antecederam à aprovação das leis que o estruturaram, é realizar ~~aquêles tipos de financiamento que, apesar da repercussão que~~ possam acarretar sobre a economia nacional, não logram, via de regra, atendimento pelas fontes usuais de suprimento de capital. E isto se verifica seja em virtude de os recursos requeridos ultrapassarem a capacidade financiadora normal das fontes proporcionadoras de crédito, seja porque estas se encontram materialmente impossibilitadas de operar nas condições de prazo e remuneração do principal que se fazem mister para garantir uma rentabilidade mí-

nima. Fora dessas hipóteses, os financiamentos devem caber aos estabelecimentos de crédito comercial comum.

92. A natureza privilegiada das atividades ditas de «serviço público» não tem sido suficiente, por si só, para recomendar a concessão, pelo Banco, de financiamentos. Ainda neste particular interpreta-se a expressão em consonância com os objetivos gerais de desenvolvimento econômico que constituem a finalidade do estabelecimento. Nessas condições, tem-se afigurado que somente são financiáveis os serviços públicos que diretamente contribuam para o desenvolvimento econômico da região ou área onde operem as respectivas entidades, ou, ainda, sejam indispensáveis à execução de um programa de expansão econômica de interesse nacional. Segundo essas premissas, não serão viáveis empréstimos do Banco para a instalação de serviço de abastecimento d'água doméstico ou implantação ou ampliação de rede urbana de distribuição de energia elétrica para iluminação.

93. Esta assertiva não é contraditada por notícias, de divulgação ultimamente comum, segundo as quais se encaminhou ao Banco solicitação de empréstimo formulada por Prefeitura, para atender aos serviços municipais de abastecimento d'água. Nos termos do que propôs no seu relatório a Comissão incumbida de elaborar o plano do Governo Federal para a melhoria e expansão da rede de serviços de abastecimento d'água às sedes municipais, o papel do Banco, no caso, será de mero intermediário. Caber-lhe-á, de fato, de acordo com o citado relatório, além da apreciação dos projetos sob o ponto de vista financeiro, apenas o recolhimento das contribuições das diferentes entidades que devem concorrer com recursos para a concretização do importante plano e a suplementação de fundos, em determinadas hipóteses, a título de adiantamento, às Caixas Econômicas Federais.

94. As linhas gerais ora mencionadas, às quais se vem amoldando a ação do Banco, veio juntar-se, ainda, o critério a seguir em referência a financiamento a empresas de capital estrangeiro. Havendo necessidade de uma orientação a respeito, foi firmada a doutrina de que, para os fins de concessão de empréstimos pelo Banco, não deve haver distinção entre empresas de capital estrangeiro e na-

cional. Essa igualdade, porém, não afasta a conveniência de vir o Banco a participar diretamente na formação do capital das empresas estrangeiras que a ele recorrerem.

95. Há que considerar, finalmente, no exame das condicionantes das operações do Banco, a prioridade que deve ser assegurada às inversões previstas nos projetos elaborados pela CMBEU. Como é sabido, este órgão de cooperação brasileiro-americana estudou, com o auxílio de técnicos altamente credenciados dos dois países, vários problemas básicos da economia nacional, com vista para uma programação harmônica das soluções mais recomendáveis. Os resultados dos trabalhos realizados durante dois anos e meio de profícua atividade estão representados, principalmente, em 42 projetos, além de grande número de relatórios, pareceres e monografias sobre assuntos técnicos e econômicos. Os mencionados projetos consubstanciam, sem dúvida, o mais minucioso e compreensivo plano de quantos foram realizados no país para a solução de problemas fundamentais do sistema brasileiro de transportes, assim como encerram providências que, quando atendidas, concorrerão para a expansão da produção de energia elétrica.

96. Os investimentos em cruzeiro reputados necessários pela CMBEU para a concretização dos seus projetos, ascendem, apenas na parte prevista como participação do Banco, a 9.955 milhões de cruzeiros. Ocorre notar, porém, que ao serem oficializadas as demandas de financiamento, as importâncias em cruzeiro têm sido majoradas, já para fazer face aos aumentos de preço, já por que as entidades interessadas estão preferindo recorrer ao Banco também para a obtenção dos recursos originariamente previstos como provenientes de outras fontes. Se essa orientação prevalecesse como norma geral, os pedidos de financiamentos atingiriam montante aproximado ao do dôbro da mencionada importância.

2. — Situação dos financiamentos anteriores

97. **Estrada de Ferro Central do Brasil** — Segundo se informou na Exposição relativa a 1952, a única operação realmente concluída pelo Banco naquele exercício foi o empréstimo concedido à

Estrada de Ferro Central do Brasil e destinado ao cumprimento das recomendações formuladas pela CMBEU no seu projeto nº 3. O contrato foi firmado a 10 de novembro de 1952, acordando o Banco em financiar a realização dos melhoramentos programados mediante a abertura dos seguintes créditos a favor da Estrada de Ferro Central do Brasil:

- a) — US\$ 12.500.000,00 (doze milhões e quinhentos mil dólares) ou o seu equivalente em outras moedas, para atender aos gastos a serem feitos no exterior;
- b) — Cr\$ 1.181.588.000,00 (um bilhão cento e oitenta e um milhões quinhentos e oitenta e oito mil cruzeiros) para fazer face às despesas em moeda nacional.

98. Seis planos individualizados constituem o mencionado projeto 3. A composição de cada qual poderá ser apreendida no seguinte resumo:

- A — Prolongamento de desvios em diferentes cruzamentos, no trecho Belo Horizonte-Lafaiete, a ampliação de pátios nesta última estação, o que determinará o aumento de 23 mil metros de linha e a instalação de 50 aparelhos de mudança de via.
- B — Remodelação das linhas principais de carga e passageiros entre Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, com a troca de perto de 400 mil dormentes e a aplicação de outros 800 mil para atender às normas racionais de espaçamento; a substituição de 600 quilômetros de trilhos velhos, gastos ou inadequados e lastramento ou relastramento de 1.000 quilômetros de linha.
- C — Construção, em Barra do Piraí, de uma oficina de manutenção e reparação de locomotivas Diesel-elétricas.
- D — Construção, em Arará, no Rio de Janeiro, de estação terminal para triagem de carga, com capacidade para 700 carros.
- E — Substituição por 1.500 vagões novos, de aço ou com infraestrutura de aço e com maior capacidade unitária de

carga, de 2.075 vagões de madeira, antigos, leves e inadequados, bem assim aquisição de 765 vagões de carga para atender ao aumento de tráfego resultante da ampliação da usina siderúrgica de Volta Redonda.

F — Reforço de 5 pontes, no trecho entre Belo Horizonte Lafaiete.

99. Encontram-se em fase relativamente adiantada os designados pelas letras A e E, isto é, os que prevêm o prolongamento de desvios no trecho Belo Horizonte-Lafaiete e a substituição de vagões. Encontra-se concluída a terraplanagem indispensável ao desenvolvimento dos desvios, aguardando-se, apenas, o assentamento da linha pela Central. Estão sendo construídos, por outro lado, 1.372 vagões pelas fábricas nacionais, havendo sido realizada concorrência para fornecimento de 635 vagões de minério. O Plano B — o de maior importância, pois diz respeito à remodelação das linhas entre Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, — tem tido execução mais lenta do que a prevista. Entre os fatores que concorreram para isso avulta a falta de dormentes e de pedras, assim como dificuldades para o transporte do material que se consegue obter.

100. Até o encerramento do exercício, a Estrada de Ferro Central do Brasil havia utilizado, segundo as condições estabelecidas no respectivo contrato, Cr\$ 218.240.764,00 (inclusive juros) do crédito que lhe fôra anteriormente concedido. Segundo o esquema de aplicação do financiamento, deveriam ser utilizados, no exercício, perto de Cr\$ 400 milhões. As dificuldades surgidas, que impossibilitaram a execução normal do plano B, concorreram para retardar a aplicação do empréstimo. É de esperar-se, entretanto, que o programa de trabalho da Estrada de Ferro para 1954 preveja a utilização não só das parcelas originariamente estimadas mas também do saldo verificado no exercício precedente.

101. Aquisição de Máquinas Agrícolas — O Export-Import Bank, em outubro de 1952, aprovou a abertura de um crédito de 18 milhões de dólares a favor do Banco, destinado, nos termos das conclusões da CMBEU, à aquisição, no exterior, de máquinas e utensílios especializados para revenda aos agricultores.

102. Diversas questões tiveram de ser solucionadas, antes mesmo da assinatura do respectivo contrato de empréstimo. O recurso aos canais comerciais usuais para a distribuição das máquinas, (condição imposta pelo Export-Import Bank, para o uso do crédito), contribuiu, de par com outros fatores que tiveram de ser considerados, não só para retardar a regularização do financiamento, como também, e principalmente, para dilatar até o fim do ano a própria utilização dos fundos com o início das aquisições. Esta fase preparatória, entretanto, está encerrada, esperando-se que, no início de 1954, já se concluam as primeiras operações de compra e venda do maquinário.

103. O equipamento mecanizado que será importado favorecerá, sem dúvida, a execução dos diferentes programas de fomento agropecuário elaborados quer pelo Poder Público quer por entidades privadas. Concorrerá, outrossim, para aumentar os índices de produtividade *per-capita*, reconhecidamente baixos, na agricultura nacional.

104. Deverão ser importados, entre outras máquinas, tratores de roda e de esteira, arados de discos e aiveca, grades de disco e de dentes, semeadeiras, adubadeiras, cultivadores, plantadores, plantadoras e colhedoras para diversos produtos, ceifadeiras e pulverizadores. Serão também adquiridos equipamentos para drenagem, irrigação e conservação do solo. As vendas serão efetuadas a agricultores registrados, por preço razoável e com financiamento. Nesta última hipótese haverá reserva de domínio. Do montante do empréstimo foi reservada certa parcela para a aquisição de peças e acessórios.

3. — Novos financiamentos

105. **Companhia Nacional de Alcalis** — Encerrando estudos e entendimentos que se prolongaram por boa parte do ano de 1952, foi assinado, a 6 de março de 1953, o contrato pelo qual o Banco concederá à Companhia Nacional de Alcalis 180 milhões de cruzeiros para a construção, em Cabo Frio, de uma fábrica de soda cáustica e barrilha. Essa importância complementarará o total de 12 milhões de dólares obtido pela Companhia, como financiamento,

do Comptoir International d'Achats et de Ventes à l'Étranger, de Paris.

106. O empreendimento foi examinado pela CMBEU, que sobre ele elaborou projeto específico. Estudos complementares foram realizados pelo Banco e por escritórios técnicos americanos, sendo a conclusão geral de que o financiamento podia ser concedido. Ficou reconhecido, também, em face das necessidades nacionais, o acêrto da preferência pelo processo Solvay, adotado no projeto básico, em vez do electrolítico.

107. A recomendação inicial fôra no sentido da concessão de financiamento na base de US\$ 15 milhões, mas a Companhia, em vista do retardamento observado na solução do pedido formulado e de haver surgido a possibilidade de obter recursos em outras fontes, interrompeu, em caráter definitivo, as negociações iniciadas junto ao Banco Internacional. Entendimentos foram firmados, em consequência, com o grupo francês que veio a conceder posteriormente o financiamento. Modificações no esquema de aquisições, tanto no mercado interno, quanto externo, contribuíram, ao lado da obtenção de empréstimos em cruzeiros, para fixar o montante do financiamento em moeda estrangeira em 12 a 15 milhões de dólares.

108. Ressalvadas alterações que possam ser introduzidas durante a construção do estabelecimento, a fábrica de Cabo Frio produzirá, por ano, 34.000 toneladas de barrilha leve, 34.000 de barrilha densa, 20.000 de soda cáustica, 22.000 de gesso e 27.000 de carbonato de cálcio. Esta produção, apesar de elevada, será ainda insuficiente para atender ao consumo nacional aparente dos aludidos produtos, segundo as tendências verificadas nos últimos anos. Estará assegurado, nessas condições, mercado para os produtos, o qual, aliás, deverá ampliar-se na medida em que se expandirem as indústrias consumidoras de álcalis (vidro, papel e celulose, principalmente).

109. **Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional.** O segundo contrato firmado no exercício — 10 de março — objetivou a concessão à Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional (SEIPAN) de financiamento no

montante de 27 milhões de cruzeiros. Destina-se a referida importância a possibilitar a ampliação da indústria do frio explorada pela Empresa de Armazéns Frigoríficos, pela primeira controlada.

110. O equipamento com que conta atualmente a Empresa se caracteriza pela obsolescência, pois foi instalado há 40 anos. É também insuficiente, não concorrendo senão em pequena parcela para sanar o «deficit» de armazenagem frigorificada que existe na Capital da República e que é da ordem de 24, 26 e 25 dias para a carne, leite e frutas, respectivamente. A ampliação das instalações, a ser custeada pelo empréstimo obtido junto ao Banco, abrange, principalmente, a construção de um grupo de dez novas câmaras frigoríficas, que poderão trabalhar, em qualquer regime de frio, até o correspondente à congelação da carne verde.

111. **Companhia Metalúrgica Barbará** — O Banco garantiu, em nome do Tesouro Nacional, o empréstimo de US\$ 1.860.000 obtido pela Companhia Metalúrgica Barbará junto ao Export-Import Bank, tendo sido firmado o correspondente contrato a 25 de agosto. Destinam-se os recursos, especialmente, à aquisição, no exterior, do equipamento e pertences necessários à ampliação das instalações da empresa, de molde a possibilitar o aumento da produção de tubos e extensões de ferro centrífugo de 15.000 para 25.000 toneladas por ano.

112. A iniciativa foi estudada e recomendada pela CMBEU, que considerou o projeto de alta prioridade econômica e social. De fato, a produção nacional de tubos de ferro centrifugado é insuficiente para atender ao consumo interno, exigindo as importações um dispêndio de US\$ 4.500.000, em 1951. O produto, como é sabido, tem utilização nos serviços de abastecimento d'água, cuja ampliação está sendo fomentada pelo Governo Federal.

113. **Indústrias Reunidas de Ferro e Aço Ltda.** — Está a IRFA instalando no Brasil, em decorrência de acôrdos que estabeleceu com firmas alemãs especializadas, a indústria de montagem e fabricação de locomotivas e motores diesel-hidráulicos. O empreendimento, segundo o plano traçado, terá expansiva progressão no que concerne à fabricação, devendo-se produzir, em breve prazo,

os motores e locomotivas com importação mínima de matéria prima estrangeira.

114. O Banco concedeu, mediante contrato assinado em 30 de setembro, um crédito de 50 milhões de cruzeiros à IRFA, o qual se destina a financiar a construção e o fornecimento de 23 locomotivas diesel-hidráulicas, 10 locomotivas elétricas e dois trens diesel-hidráulicos.

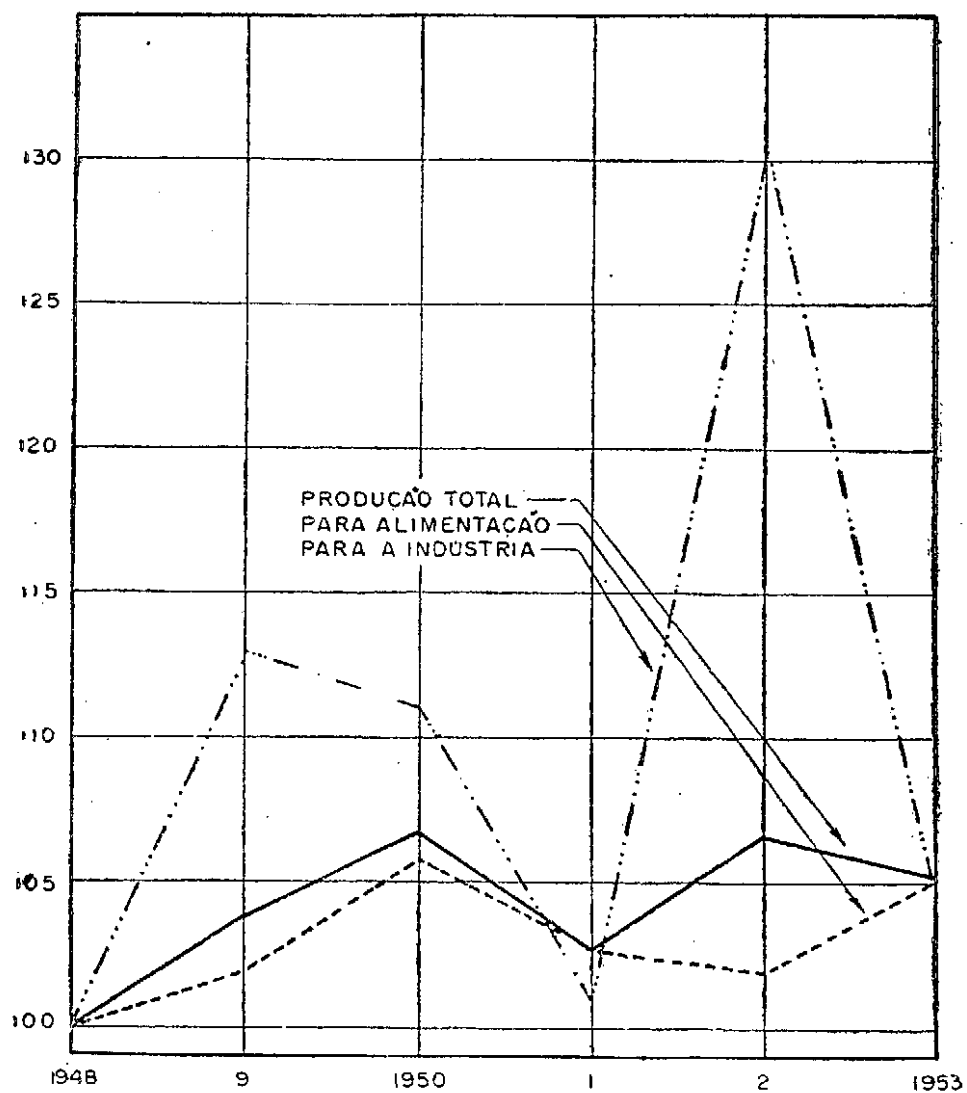
115. **Departamento de Estradas de Rodagem do Rio de Janeiro.** — A CMBEU, em cooperação com a entidade interessada, elaborou um projeto de empréstimo no exterior para a aquisição de equipamento destinado à construção e à manutenção de rodovias no Estado do Rio. O empréstimo previsto, no valor de 3 milhões de dólares, seria aplicado na aquisição de equipamento para trabalhos de conservação (US\$ 1 milhão), execução de melhoramentos gerais como revisão de «grades», eliminação de curvas acentuadas, revisão de rampas, etc. (US\$ 500 mil), colaboração com os municípios para conservação e melhoria de estradas vicinais (US\$ 800 mil) e realização de trabalhos pesados de terraplanagem e pavimentação, como unidade-piloto (US\$ 700 mil).

116. O Banco, nos termos do contrato firmado em outubro com o Departamento, concordou em financiar a aludida autarquia até o valor de US\$ 3.000.000 ou equivalente em outras moedas. O financiamento se concretizará mediante aplicação de empréstimo concedido pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento em igual importância. As providências preliminares, assentadas antes mesmo da assinatura do contrato, possibilitarão a rápida efetivação das medidas previstas pela CMBEU. É assim que algumas operações de compra foram concluídas, depois de realizadas e julgadas as respectivas concorrências, estando sendo colocadas as encomendas e expedidas as necessárias cartas de crédito.

117. **Viação Férrea do Rio Grande do Sul** — O último contrato firmado pelo Banco em 1953 — 3 de dezembro — teve como mutuário o Estado do Rio Grande do Sul, e objetivou à concessão de empréstimo, no montante de Cr\$ 743.650.880, para o reaparelhamento da Viação Férrea do Rio Grande do Sul.

R2088 F0095

PRODUÇÃO AGRÍCOLA PER CAPITA
(1948 = 100)



118. O programa para a reorganização da mencionada ferrovia foi preparado pela CMBEU, que elaborou um projeto especial (o de nº 33) e recomendou, conclusivamente, a concessão de financiamento no valor de US\$ 11.322.000 e Cr\$ 646.407.000. Os órgãos especializados do Banco, todavia, efetuaram, a pedido da ferrovia e com a colaboração dos departamentos técnicos da mesma, a revisão do projeto, já para contornar as dificuldades oriundas da demora na concessão do empréstimo em dólares, já para substituir o sistema de tração recomendado. A CMBEU não se decidira, aliás, explicitamente, quanto ao sistema de tração a adotar, preferindo deixar que a opção entre a eletrificação e a dieselização parcial fôsse feita no momento de se discutirem os termos do empréstimo. Foi julgada conveniente, afinal, a adoção de locomotivas diesel-hidráulicas, incluindo-se entre os fatores que aconselharam a seleção o fato de estar sendo iniciada a fabricação desse equipamento no Brasil.

119. O plano de reaparelhamento da VFRGS compreende, entre outras providências de natureza técnico-administrativa, o seguinte, depois das alterações introduzidas:

- a) — construção de variantes, em melhores condições técnicas e já prevendo a futura conversão da bitola estreita para a bitola de 1,60 m;
- b) — aquisição de cerca de 500 quilômetros de trilhos novos de 45 kg/m, para assentamento nas linhas principais, permitindo, do mesmo passo, que os trilhos substituídos em bom estado de conservação sejam utilizados nos trechos de movimento menor;
- c) — aumento do número de dormentes por quilômetro, de 1.600 para 1.700;
- d) — refôrço do lastro, na proporção de 400 m³ por km e com pedras de dimensões menores do que as usadas no momento;
- e) — reforçamento de pontes com o fim de possibilitar a operação de equipamento com cargas de eixo superiores a 16 toneladas;

- f) — aquisição de 483 vagões novos de carga, inteiramente de aço, de 36 toneladas, equipados com engates automáticos e freios de ar;
- g) — aquisição de 23 locomotivas diesel-hidráulicas;
- h) — adoção de novo processo de sinalização;
- i) — aquisição de equipamento de pedreira, ferramenta de soca automática, automóveis de linha e reboques, «bulldozers» pequenos, máquinas para endireitamento e soldagem de trilhos, carros de inspeção, etc.

120. O contrato e os planos de trabalho com êle relacionados deverão ser revistos dentro de um ano na hipótese de não ficar decidido, nesse ínterim, o financiamento externo.

4. — Empréstimos a curto prazo

121. Como foi referido anteriormente, decidiu o Conselho de Administração do Banco autorizar a concessão de empréstimos a fornecedores ou empreiteiros de emprêsas ou entidades que venham a receber financiamentos, desde que as correspondentes importâncias tenham por fim permitir a prestação dos serviços que se comprometeram a executar e haja caução de direitos creditórios a favor do estabelecimento.

122. Recorreram a essa modalidade de empréstimo duas emprêsas que se propuseram fornecer pedra britada à E.F.C.B. e construir rodovia de interesse da Companhia Nacional de Alcalis. Os empréstimos foram de 2 e 1 milhões de cruzeiros, respectivamente.

5. — Adiantamentos

123. O Banco concedeu adiantamentos por conta de financiamentos que se encontravam em fase final ou adiantada de estudos. Tal providência, porém, como é óbvio, só se concretizou depois de convenientemente examinado cada caso e de resguardada, por meio de garantias, a posição do estabelecimento.

124. Haviam sido concedidos adiantamentos, até 31 de dezembro, às entidades a seguir relacionadas e nas importâncias indicadas:

Companhia de Eletricidade do Alto Rio	
Doce — CEARD	100.000.000,00
Companhia Hidrelétrica do São Francisco	110.000.000,00
Departamento Nacional de Portos, Rios	
e Canais	236.453.180,90
Administração do Pôrto do Rio de Janeiro	107.622.301,30

125. As obras que estão sendo atendidas com os adiantamentos foram estudadas, na sua quase totalidade, pela CMBEU, havendo projetos elaborados sobre as mesmas. Para o empreendimento de iniciativa da CEARD — a construção da central hidroelétrica do Salto Grande do Santo Antônio, no vale do Rio Doce, — foi pleiteado o empréstimo de Cr\$ 200 milhões, que reforçarão os fundos da interessada e das «Centrais Elétricas de Minas Gerais» (CEMIG), companhia «holding» de um grupo de empresas ora empenhadas na execução do programa de eletrificação empreendido pelo Governo do Estado de Minas Gerais. Mais objetivamente, o empréstimo visa a permitir a consecução da segunda etapa da central de Salto Grande, com a instalação de mais 65.000 KW.

126. O orçamento originariamente elaborado para as obras de Paulo Afonso atingia a cerca de Cr\$ 750 milhões, calculado, porém, a preços de 1948. Revisão posteriormente realizada pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco demonstrou um acréscimo de 32,6% sobre o custo estimado inicialmente, fato esse que tornou insuficientes, para a execução do primeiro programa de obras, os recursos então disponíveis (Cr\$ 800 milhões do capital da empresa e US\$ 15 milhões de empréstimo levantado no Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento).

A fim de evitar fôsse interrompida a execução da etapa inicial da grande usina e, do mesmo passo, assegurar a continuidade dos trabalhos para início imediato da primeira expansão (instalação do terceiro gerador, de 60.000 KW), ficou assentada a concessão de um empréstimo à Companhia, pelo Banco, de Cr\$ 300 milhões. A importância registrada em item anterior constitui adiantamento desse empréstimo, ainda em estudos. É possível, porém, não venha a ocorrer o financiamento total; pensa-se, com efeito, segundo é do conhecimento do Banco, em adotar outras providências no sentido de assegurar maiores recursos à Companhia, sendo provável a emis-

são de partes beneficiárias para serem subscritas pelo Tesouro Nacional.

127. Com o objetivo de impedir viessem a ser prejudicados, pela eventual falta de recursos, trabalhos e obras em execução sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, se decidiu colocar à disposição da aludida autarquia, a título de adiantamento, Cr\$ 230 milhões, aproximadamente. Tais recursos se destinavam, principalmente, a atender a despesas com a dragagem de algumas barras no Nordeste e no Norte do país, bem assim a gastos de construção e reaparelhamento de portos em diversas regiões. Tanto as obras quanto os serviços de melhoria e conservação dos portos podem ser enquadrados, na quase totalidade, entre os que a CMBEU estudou e para a efetivação dos quais recomendou a concessão de financiamentos. Afigurou-se, por isso mesmo, justificado o adiantamento enquanto se completava o exame dos projetos específicos. Situação similar ocorreu com a Administração do Pôrto do Rio de Janeiro, pleiteante de empréstimo para execução de projeto elaborado pela CMBEU e beneficiária de adiantamento.

6. — Financiamentos em moeda estrangeira

128. Os empreendimentos estudados pela CMBEU exigirão inversão em moeda estrangeira da ordem de 392 milhões de dólares, dos quais 164 milhões já foram concedidos pelo Banco de Exportação e Importação, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento e o Comptoir International d'Achats et de Ventes à l'Étranger. Dos financiamentos já aprovados, 117 milhões, correspondendo a cerca de 30% do total, foram concedidos durante o ano de 1953.

129. Os empréstimos em moeda estrangeira foram avalizados, na sua maioria, pelo Tesouro Nacional, diretamente ou por intermédio do Banco. Em alguns poucos casos, porém, os recursos foram colocados à disposição do Banco, que, por sua vez, os transferiu aos mutuários. A tabela a seguir permite visão conjunta dos financiamentos já obtidos no exterior, até 31 de dezembro, segundo recomendação da CMBEU:

Mutuário	Data do empréstimo	Valor (US\$)	Financiador
A — Agricultura			
Equipamento Agrícola para o M. da Agricultura	7- 8-53	18.000.000	EXIM
B — Energia			
Comissão Estadual de Energia Elétrica do R. G. do Sul	27- 6-52	25.000.000	IBRD
Empresas Elétricas Brasileiras	15- 1-53	41.140.000	EXIM
Companhia de Eletricidade do Alto Rio Grande (Itutinga, M. G.)	17- 7-53	7.300.000	IBRD
Usinas Elétricas do Paranapanema S. A. (Salto Grande, S. P.)	18-12-53	10.000.000	IBRD
C — Ferrovias			
E. F. Central do Brasil..	27- 6-52	12.500.000	IBRD
Cia. Paulista de Estradas de Ferro	15- 9-52	7.000.000	EXIM
E. F. Central do Brasil (subúrbios)	18-12-53	12.500.000	IBRD
E. F. Santos a Jundiaí..	30-12-53	8.600.000	EXIM
D — Indústria			
Cia. Nacional de Alcalis..	6- 3-53	15.000.000	CIAVE
Cia. Metalúrgica Barbará	23- 4-53	1.860.000	EXIM
E — Rodovia			
Departamento Estadual de Estradas de Rodagem (R. J.)	30- 4-53	3.000.000	IBRD

EXIM = Export-Import Bank; IBRD = International Bank for Reconstruction and Development; CIAVE = Comptoir International d'Achats et de Ventes à l'Étranger.

130. Encontrava-se, em fase final de elaboração, no encerramento do exercício, o contrato de empréstimo de 18.790.000 dólares à Companhia Fôrça e Luz de São Paulo, (S. Paulo Light and Power Co. Ltd.), para a construção da Usina termo-elétrica de Piratininga. Destina-se a mencionada importância a auxiliar a empresa a adquirir, no exterior, o equipamento necessário à usina, que, provavelmente, entrará em funcionamento no segundo semestre de 1954. Será a usina equipada com dois turbo-geradores, com a potência nominal de 80.000 Kw cada um, alimentados a óleo.

131. A execução desse projeto se reveste de alta prioridade, sendo apenas parte de um plano de ampliação do sistema que serve São Paulo e Rio. É preciso observar, em complemento, que mesmo após a execução de todo o programa as ampliações concluídas serão insuficientes para atender à demanda do mercado. As despesas em moeda nacional com o projeto, estimadas em cerca de Cr\$ 316 milhões, deverão ser atendidas com recursos próprios da empresa.

7. — Financiamentos em fase final de estudo

132. Ao encerrar-se o ano de 1953, os órgãos técnicos e deliberativos do Banco estavam concluindo seus pareceres em relação a vários pedidos de financiamento formulados durante o exercício. Mencionam-se, a seguir, alguns dos pedidos que se encontravam em fase final de estudo e cuja decisão terá lugar, sem dúvida, nos primeiros meses do exercício de 1954.

133. Usina Elétrica de Rio Bonito. Trata-se de financiamento, solicitado pelo Governo do Estado do Espírito Santo, para a construção e instalação da Usina Elétrica de Rio Bonito e das suas obras complementares. Pleiteia-se a importância de Cr\$ 171.798.000, com a qual se atenderão a despesas com a instalação de uma usina de 17.000 Kw.

134. A Usina Hidrelétrica de Rio Bonito integrará, como parte essencial, o «Plano de Valorização Econômica» do Estado do Espírito Santo, que vem sendo executado pelo Governo da aludida Unidade

da Federação. No setor de energia elétrica pretende-se atingir, no futuro, à medida que os recursos financeiros o forem permitindo, um acréscimo de 100 mil quilowatts nas disponibilidades atuais de energia, com o gradativo aproveitamento, em 4 usinas, do potencial do Rio Santa Maria. A primeira unidade a ser instalada — e de concretização imediata — será a Usina de Rio Bonito, que aproveitará uma queda de 161 metros e a água contida em represa de 217 metros de extensão. O equipamento consistirá, essencialmente, de 3 unidades horizontais, composta, cada qual, de uma turbina Francis de 8.000 CV, que acionará um gerador de 5.800 kw. O aproveitamento hidrelétrico será complementado por um sistema de transmissão de 66.000 volts, ligados aos principais centros consumidores de energia no Estado.

135. Tomando-se como centro o ponto do Rio Santa Maria em que se dará a captação e como raio o comprimento de 60 km, chega-se à conclusão de que a área compreendida, técnica e economicamente, no campo de ação da Usina de Rio Bonito, é de 11.304 km², com a população recenseada de 312.457 habitantes em 1950. Localizam-se nessa zona 14 sedes de municípios e 43 Distritos, incluindo Vitória, Colatina, Afonso Cláudio e outros núcleos demográficos e econômicos de relativo desenvolvimento. A importância do empreendimento ressaltará, ainda mais, do fato de que atualmente uma única empresa, abastecendo 17,5% da superfície do Estado e uma população estimada em 277.288 habitantes, dispõe de 68,5% da capacidade total instalada. Em números absolutos, porém, essa capacidade é de apenas 8.912 kw, ou seja, justamente a metade do potencial de Rio Bonito.

136. **Companhia Luz e Fôrça de Sobral, Ceará.** Trata-se de financiamento de Cr\$ 5.000.000,00 com o objetivo de ampliação das instalações destinadas à produção de energia, mediante, principalmente, aquisição de um turbo-gerador da capacidade de 1.500 kw.

137. A falta de energia elétrica vem impedindo o desenvolvimento da cidade de Sobral, conhecido centro econômico do Estado do Ceará. Embora não se possa esperar que a ampliação da capacidade da usina termo-elétrica de propriedade da pleiteante venha a provocar a imediata transformação de Sobral em um centro industrial, o certo é que determinará novo surto de progresso para a região. Segundo as informações que acompanharam o pedido de

empréstimo, há solicitações para reserva de força que fazem prever a instalação imediata de algumas indústrias, tôdas destinadas a utilizar mão de obra e matéria-prima locais.

138. **Rêde de Viação Paraná-Santa Catarina.** Pleiteou a estrada financiamento de Cr\$ 165.608.879,00 para reaparelhamento da ferrovia, tendo por base as recomendações formuladas pela CMBEU em projeto específico. O plano original de trabalho foi, entretanto, alterado em decorrência de estudos realizados quer pela própria estrada e o Ministério da Viação e Obras Públicas, quer pelo Banco. As modificações introduzidas visaram a permitir o início imediato das obras planejadas, independentemente do empréstimo em moeda estrangeira, ainda não concedido.

139. Considera o Banco de estrita prioridade a reforma da linha e a realização de outros melhoramentos no trecho Londrina-Ouri-nhos, a construção do ramal Fábio Rêgo-Joaquim Murtinho e a melhoria das condições de todo o trecho Londrina-Paraná. A primeira providência criaria novas facilidades para o escoamento das safras da região servida pela ferrovia, as quais contribuíram com as seguintes percentagens, aproximadamente, para a produção total do Estado em 1952: algodão, 84%; arroz, 82%; feijão, 77%; milho, 50%; batata doce, 40% e mandioca 32%. A construção da variante Fábio Rêgo-Joaquim Murtinho daria ensejo a uma economia anual provável de operação de 18 milhões de cruzeiros, sem prejuízo para o tráfego. A melhoria do trecho Londrina-Paranaguá proporcionaria melhores condições para o transporte do café paranaense, com o que se recuperariam para a estrada, possivelmente, as quantidades que vão sendo progressivamente conduzidas pelas rodovias.

140. A premente necessidade de executar as obras compreendidas nesse esquema prioritário, ao lado de outras de ordem geral, aconselha a concessão de empréstimo total à ferrovia, em vez do seu parcelamento, como se pretende. Os estudos já concluídos pelo Banco demonstram que o financiamento total, efetuados os reajustamentos decorrentes da aquisição, já feita, de locomotivas diesel-elétricas, não poderia ser inferior a Cr\$ 640 milhões, aplicáveis em um período de cinco anos.

141. **Governo do Estado da Bahia.** O Governo do Estado da Bahia solicitou um financiamento, no total de Cr\$ 243.000.000,00

para a construção da Usina Hidroelétrica do Funil, com 20 mil kw de capacidade. Além da usina propriamente dita, composta de duas unidades de 10 mil kw cada uma, prevê-se o levantamento de barragem, a construção de linhas de transmissão para as cidades de Ilhéus, Itabuna, Itapiaú e Jequié e a instalação de sub-estações abaixadoras nas mencionadas localidades, capacitadas a fornecer luz e força.

142. A construção da Usina do Funil está incluída, em situação preferencial, entre as que devem ser levadas a efeito com os recursos do Fundo de Energia Elétrica, instituído especialmente pelo Governo da Bahia para a organização e execução do Plano de Eletrificação do Estado. O mencionado programa terá início com o aproveitamento do potencial hidráulico do Rio de Contas, na região cacaeira. Deu-se preferência a essa zona em virtude de já estar resolvido praticamente o problema de abastecimento de energia à Capital e ao Recôncavo, graças à instalação da Usina de Paulo Afonso e à realização de outras obras menores pela Comissão do Vale do São Francisco.

143. Concorreu, também, para a seleção, a circunstância de constituir a região do Baixo Rio de Contas um dos núcleos de maior desenvolvimento econômico da Bahia, nela se cultivando, praticamente, todo o cacau produzido no Estado. Concentram-se na zona, que apenas corresponde a 6,5% do território baiano, 15% da população do Estado. As poupanças acumuladas na região — e o fato de provirem principalmente do cacau faz acreditar sejam apreciáveis — não encontrando possibilidade de inversão produtiva local, naturalmente emigram para outros centros econômicos, talvez localizados fora do próprio Estado. A existência de energia elétrica abundante contribuirá para a retenção desses recursos, ao criar facilidades para a eclosão de atividades manufatureiras.

144. O programa de aproveitamento do potencial hidráulico do Baixo Rio de Contas, prioritário no Plano de Eletrificação, como foi assinalado, prevê a instalação progressiva de 5 usinas até alcançar a capacidade produtiva de 81 mil kw. A Usina de Funil, mais importante, com a capacidade total de 30 mil kw, se comporá de três unidades, mas o financiamento pleiteado cobrirá despesas de apenas duas.

145. **Fábrica Nacional de Motores.** Trata-se de pedido de financiamento de Cr\$ 136.000.000,00 destinado à montagem de caminhões. O empréstimo talvez possa ser considerado parcela de financiamento, em importância mais elevada, que possivelmente será concedido à Fábrica em data posterior. Verificou-se, com efeito, preliminarmente, que a implantação da indústria de caminhões e tratores em bases que prescindam da importação de material, exigirá inversão de capital de maior vulto, somente fixável depois de efetuados estudos mais demorados do funcionamento da Fábrica. Em face dessa verificação, a concessão de qualquer empréstimo no momento visará a equipar a FNM com o ferramental, gabaritos e calibres indispensáveis à futura nacionalização da produção de veículos e a proporcionar-lhe o material necessário à montagem de caminhões pesados, enquanto não se atinge a segunda etapa do programa.

146. **Estrada de Ferro Goiás.** É de Cr\$ 250 milhões o financiamento pretendido pela Estrada de Ferro Goiás para a efetivação das medidas de reaparelhamento sugeridas pela CMBEU. Entre as principais providências recomendadas com o objetivo de aumentar a capacidade de operação da ferrovia, incluem-se as seguintes:

- a) — substituição de 340 km de trilhos de 32 kg/m e respectivos acessórios;
- b) — colocação de 48.000 novos dormentes;
- c) — lastramento geral das linhas com utilização de 365 mil m³ de pedra britada e cascalho;
- d) — construção de 25 km de variantes;
- e) — aquisição de 340 vagões fechados de aço, de 36 toneladas; 30 vagões-gôndola de aço, comuns, e 50 para lastro; 30 vagões-plataforma de aço; 33 vagões frigoríficos; 8 carros de 1ª e 2ª classes e 1 carro-restaurante; 15 locomotivas a vapor;
- f) — compra de equipamento de oficina e para conserva de diferente espécie.

147. A Estrada de Ferro de Goiás serve 13 municípios de Goiás e 1 de Minas Gerais, com a população, respectivamente, de 255.000 e 44.600 habitantes. Possui 478 km de linha da bitola de 1.00 metro, ligando-se à Cia. Mogiana de Estradas de Ferro, em Araguari, e à Rêde Mineira de Viação, em Goiandira.

148. **Estrada de Ferro Santos a Jundiaí.** Trata-se de financiamento, na importância de Cr\$ 94 milhões, recomendado pela CMBEU. Os mencionados recursos serão utilizados na substituição do obsoleto sistema de engate a gancho e corrente ainda em uso nas composições da ferrovia e a aquisição de 870 vagões de aço, abertos e fechados, de 40 e 50 toneladas. Os novos equipamentos de engate automático e freio a ar comprimido se adaptarão a 115 locomotivas e 2.883 vagões da ferrovia. Está prevista, ainda para ser financiada com a importância referida, a conversão de 564 vagões de 4 rodas em 282 de 8 rodas.

149. A importância das modificações projetadas será facilmente apreendida quando se pensar que a Santos a Jundiaí, juntamente com a Central do Brasil e a Companhia Paulista, servem à área de maior desenvolvimento econômico do país, dispondo, praticamente, da totalidade da rede ferroviária de bitola larga existente. A diversidade dos sistemas de freios e engates, entretanto, vem dificultando o entrelaçamento do tráfego das três ferrovias.

150. O empréstimo em cruzeiro ora pleiteado complementarará o que foi concedido em dezembro, em moeda estrangeira, pelo Export-Import Bank, no valor de US\$ 8.600.000.

151. **Oleoduto Cubatão-Capuava.** Pleiteia a Estrada de Ferro Santos a Jundiaí outro empréstimo no Banco, a fim de construir nova linha de oleoduto, de 35 quilômetros, entre a estação de bombas de Cubatão e a Refinaria União, em Capuava, bem assim a complementar as linhas para produtos claros e óleo combustível entre Capuava e Utinga.

152. A nova linha, de 12", complementarará com as duas outras de 10" e 18", o sistema do oleoduto e liberará, quando em funcionamento, capacidade de transporte da Estrada de Ferro Santos a Jundiaí estimada em um milhão de toneladas, por ano, no sentido Santos-São Paulo. Seria esta, com efeito, a tonelagem correspondente ao transporte de petróleo bruto até a refinaria de Capuava, pela ferrovia.

153. **Companhia Hidrelétrica São Patrício.** Pretende a empresa obter, junto ao Banco, um financiamento de Cr\$ 7.000.000,00 para

a construção de uma usina no Rio das Almas, nas proximidades da Colônia Agrícola Nacional de Goiás.

154. A usina, aproveitando queda média de 7,5 metros por meio de 3 turbinas Kaplan, de 800 HP, produzirá 1.450 kw. Pretende-se, entretanto, produzir de início apenas 450 kw. O sistema de transmissão será composto de duas linhas, atingindo a primeira, com 26 km de extensão, as cidades de Rialma e Ceres, passando por Castrinópolis e a segunda, Uruana, a 22 km. A região a ser servida encerra o principal núcleo cerealífero do Estado.

8. — Pedidos de financiamentos denegados

155. Julgou-se interessante incluir referência especial aos pedidos de financiamentos que deixaram de ser referidos, menos com o intuito de proporcionar elementos complementares sobre a aplicação de fundos, do que mesmo para registrar mais um aspecto das atividades do Banco durante o exercício.

156. Foram denegados pedidos de financiamento que atingem a cifra de Cr\$ 180.400.000,00 e US\$ 7.636.000. A recusa na abertura dos créditos pleiteados teve por fundamento, em todos os casos, a carência de características, nos empreendimentos projetados, que possibilitassem a classificação dos mesmos entre as iniciativas financiáveis pelo Banco.

V — ATIVIDADES DIVERSAS

157. O Banco tem participado, em decorrência de recomendação de autoridade superior ou em virtude de entendimentos estabelecidos com as entidades interessadas, de iniciativas de diferente natureza, empreendidas em relação a assuntos concernentes ao desenvolvimento econômico do país. Já se mencionou a participação da entidade, concretizada por intermédio do seu Presidente, nas conversações ocorridas quando da visita ao Brasil do Dr. Milton Eisenhower. Serão referidas, a seguir, algumas das atividades similares executadas em 1953.

158. Está se tornando usual a presença do Banco nas conversações e entendimentos de natureza econômica levados a efeito pelo

Governo com autoridades estrangeiras, nesta Capital. Para não alongar a referência, com a enumeração dos casos em que ocorreu essa participação, será mencionada, apenas, a circunstância de estarem o Banco e as principais entidades financiadoras externas — o International Bank for Reconstruction and Development e o Export-Import Bank — trabalhando em estreita cooperação para a solução dos problemas de expansão da economia nacional. O primeiro dos citados estabelecimentos, aliás, nomeou representante permanente no Brasil, que trabalha junto ao Banco.

159. No campo das atividades complementares do Banco ressalta, sem dúvida, sua participação em comissões econômicas mistas que vêm sendo criadas mediante convenções entre o Brasil e outras Nações. Encontra-se em pleno funcionamento a Comissão Mista Brasil-Alemanha de Desenvolvimento Econômico, estando em fase final de negociações a constituição de órgão similar franco-brasileiro, nos mesmos moldes da primeira.

160. A Comissão Mista Brasil-Alemanha tem por objetivo fundamental a execução do Acôrdio firmado a 4 de setembro de 1953 entre os Governos da Alemanha e do Brasil. Segundo o que se convencionou, as autoridades alemãs se comprometeram a propiciar, por intermédio de instituições especializadas, financiamentos para a exportação de bens de equipamento para o Brasil, na proporção de até 30% das importações anuais brasileiras provenientes da Alemanha, e, bem assim, promover a transferência para o país de capitais para fins de investimento e a examinar propostas de empresas alemãs que desejassem associar-se a firmas brasileiras ou pretendam estabelecer-se por conta própria, mediante transferência de bens de produção.

161. A Seção Brasileira da Comissão, colocada sob a orientação do Ministério das Relações Exteriores, por intermédio do Banco, é presidida pelo Presidente dêste último.

162. Foram constituídos, sob a orientação direta do Presidente do Banco, grupos especiais de trabalho, com a incumbência de estudar determinados problemas, integrados também por elementos estranhos à entidade. Em cooperação com o Ministério da Agricultura, que designou, especialmente, técnicos no assunto para êsse fim, tiveram início os estudos necessários ao estabelecimento de

um plano para a política da produção animal e de uma rede nacional de silos e armazéns. Visa a primeira pesquisa à indicação de medidas urgentes e de aplicação imediata capazes de assegurar a estabilização da economia pecuária em bases mais consentâneas com as necessidades do país e de modo a evitar, sem prejuízo do suprimento abundante de alimentos proteicos, a repetição das crises que têm assinalado a evolução desse setor da produção nacional. O segundo grupo de trabalho procurará coordenar todos os planos propostos para anular as deficiências dos meios de armazenagem que se observam no país, propondo as medidas indispensáveis à efetivação das providências que foram finalmente sugeridas.

VI — MOVIMENTO FINANCEIRO

163. O Balanço do Banco a 31 de dezembro, do qual se junta um exemplar à presente Exposição, retrata a situação do estabelecimento na mencionada data e proporciona visão sintética dos fatos financeiro-contábeis ocorridos no exercício ao qual o mesmo se reporta. Ligeiros comentários serão feitos aos valores registrados no documento, principalmente com a finalidade de comparar os resultados do exercício com os que foram alcançados em 1952.

164. O Ativo e o Passivo do Balanço Patrimonial somam Cr\$ 5.137.668.660,30, correspondendo às Contas de Compensação o total de Cr\$ 3.030.386.564,30. No exercício anterior, a parcela de compensação atingiu Cr\$ 1.351.458.924,00, em um total de Cr\$ 1.474.173.367,70.

165. O Ativo Financeiro, que engloba os valores numerários disponíveis e realizáveis, é de Cr\$ 2.065.641.075,50. Este montante se desdobra entre as rubricas Disponível e Realizável, registrando-se em relação à primeira Cr\$ 1.197.034.958,60, ou seja, aproximadamente, 58% do Ativo Financeiro. Em 1952, a soma do disponível e do realizável ascendia a Cr\$ 121.371.226,40, cabendo às importâncias em Caixa 47% do total.

166. O total em Caixa, a 31 de dezembro de 1953, se repartia entre o saldo em cofre, em espécie, e o recolhido no Banco do Brasil em Conta de Movimento. A primeira rubrica correspondiam Cr\$ 22.487.474,00, enquanto à segunda cabiam Cr\$ 1.174.547.484,60.

167. O Ativo Realizável compreende, além do valor dos títulos de propriedade do Banco, o montante já utilizado pelos mutuários, por conta dos financiamentos ou adiantamentos que lhe foram concedidos ou aprovados, incluindo juros. Indicam-se, a seguir, os beneficiários dos empréstimos (E) ou adiantamentos (A), com os respectivos valores totais e segundo a nomenclatura adotada no Balanço:

Ferrovias:	Cr\$
Estrada de Ferro Central do Brasil (E) ..	1.181.588.000,00
Frigoríficos:	
Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional (SEIPAN) (E)	27.000.000,00
Portos:	
Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais (A)	236.453.181,00
Energia Elétrica:	
Companhia de Eletricidade do Alto Rio Doce (A)	100.000.000,00
Companhia Hidrelétrica do S. Francisco (A)	110.000.000,00
Indústrias Básicas:	
Indústrias Reunidas de Ferro e Aço Limitada (IRFA) (E)	50.000.000,00
Financiamentos Diversos:	
A curto prazo	3.000.000,00

Possuía o Banco 1.507 Letras do Tesouro Nacional, de valores diversos, e 3 títulos de Tesouro Estadual.

168. No Balanço de 1952 aparecia na rubrica de Realizável, além de pequena parcela correspondente a despesas reembolsáveis, 63 milhões de cruzeiros do financiamento à E.F.C.B.

169. O valor dos móveis, utensílios e material de expediente adquiridos para uso dos diferentes setores de trabalho do Banco, assim como o valor correspondente às instalações feitas e ao que está

registrado como custo dos livros adquiridos para a Biblioteca, constituem, somados, o Ativo Imobilizado. O aumento verificado entre os valores registrados sob a mesma rubrica nos balanços de 1952 e 1953 — 6,179 milhões de cruzeiros — redundou, evidentemente, de aprovação e provimento do quadro de pessoal e da transferência da sede do Banco, ambas as medidas levadas a efeito durante o último período.

170. Do Ativo Compensado merece referência a rubrica «Financiamentos de Contratos a Integralizar em Moeda Nacional», sob a qual está registrada a importância de Cr\$ 1.190.720.177,90. É este o saldo dos empréstimos concedidos pelo Banco e ainda não utilizados, o qual completa a parcela que aparece sob o título de «financiamentos», no Ativo Realizável.

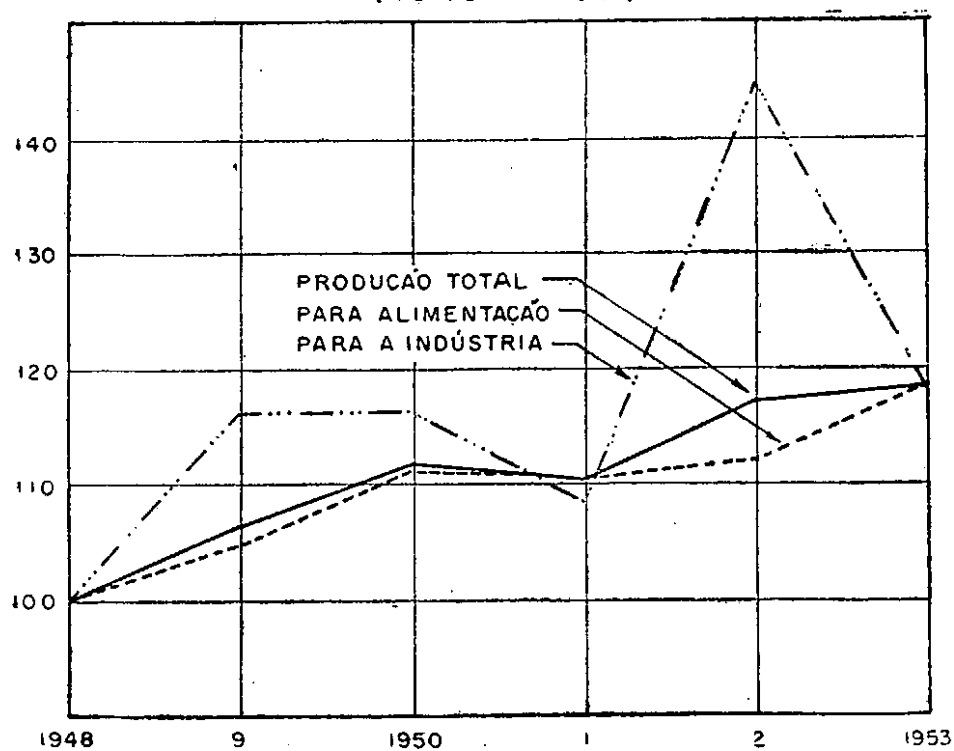
171. No Passivo se observa a inclusão, como «Não Exigível», de parcelas que não figuraram no Balanço precedente. Trata-se, principalmente, de importâncias que constituirão fundos de amortização do Ativo Fixo e das obrigações do Reparelhamento Econômico. O exame do demonstrativo da conta «Lucros e Perdas» mostra como foram obtidos os recursos consignados aos aludidos fundos.

172. No «Exigível a Longo Prazo» aparecem quantitativos que correspondem aos recursos colocados à disposição do Banco para o exercício da sua atividade financiadora. Como se verifica, foram contabilizados apenas os recursos provenientes do Tesouro Nacional — arrecadação dos adicionais ao imposto de renda — e das companhias de seguro e capitalização. Cumpre observar que é escriturado o total da arrecadação do tributo, sem quaisquer descontos, isto é, figura no Balanço o total bruto, compreendendo parcelas como as que se destinam à Divisão do Imposto de Renda e à Caixa de Amortização. O Balanço de 1952 continha, na rubrica Exigível a Longo Prazo, somente Cr\$ 97.896.432,00, importância total entregue ao Banco no exercício.

173. O demonstrativo da Conta «Lucros e Perdas» permite averiguar, quando completado com os dados do Balanço a 1º de julho — exemplar também anexado — que as despesas gerais com a administração do Banco atingiram, em 1953, Cr\$ 8.207.905,70, enquanto no exercício precedente não ultrapassaram de

R2088 F0112

QUANTUM DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA
(1948 = 100)



Cr\$ 1.511.931,40. As despesas de pessoal, compreendendo, inclusive, honorários aos membros dos órgãos colegiados do Banco, somaram Cr\$ 10.824.691,80.

174. Na coluna de crédito do Demonstrativo estão expostas as receitas, propriamente ditas, do Banco, aquelas com as quais serão atendidos, de imediato, os compromissos de administração, e, no futuro, as obrigações assumidas pelo governo para com os contribuintes dos adicionais ao imposto de renda e para com as entidades sujeitas à obrigatoriedade de depósitos. Verifica-se que a receita bruta atingiu a Cr\$ 24.016.797,70, contribuindo os «juros de financiamentos» com Cr\$ 19.157.276,40 para esse total (cerca de 80%).

TERCEIRA PARTE

PROGRAMA DE ATIVIDADES PARA O EXERCÍCIO DE 1954

I — INTRODUÇÃO

175. O programa de atividades a ser cumprido pelo Banco em 1954 talvez pudesse ficar exposto com a declaração de que se pretende consolidar a organização básica do estabelecimento e assegurar a continuidade e a expansão dos trabalhos que vêm sendo realizados com o objetivo de proporcionar recursos financeiros a empreendimentos fundamentais ao desenvolvimento econômico do país. A singeleza da exposição não esconderia, por certo, a magnitude da tarefa a realizar e a importância de que se revestem para a economia nacional os encargos atribuídos ao Banco. Nesta parte, entretanto, se descreve, em linhas gerais, os principais objetivos que deverão orientar a ação da entidade em 1954.

II — ORGANIZAÇÃO

176. Tem-se a intenção de consolidar, durante o próximo exercício, a organização interna do Banco. A primeira providência será o estudo da estrutura dos Departamentos e órgãos dependentes, provisoriamente posta em vigor, a fim de verificar, à luz da experiência já adquirida e dos princípios de organização racional do trabalho, se a mesma é a mais satisfatória para o Banco. Serão, imediatamente após, promovidos os atos necessários à adoção, em bases mais definitivas, da estrutura que fôr recomendada. Espera-se ser possível baixar, ainda no exercício, atos consubstanciando as primeiras rotinas de trabalho, racionalmente estabelecidas.

177. Serão estudadas e postas em execução as medidas preliminares necessárias à realização de concursos para a seleção do pessoal efetivo do Banco. Segundo é sabido, o provimento em caráter efetivo dos cargos de carreira do quadro de pessoal do Banco está condicionado a concurso, de provas e títulos. As nomeações feitas até o momento o foram em caráter interino.

178. É pensamento dos responsáveis pela administração do Banco iniciar, no futuro exercício, o envio de servidores do seu quadro de pessoal ao estrangeiro, para aperfeiçoamento naquelas disciplinas ou funções indispensáveis a um estabelecimento de crédito especializado da sua natureza. Faz-se mister, com efeito, preparar convenientemente um grupo selecionado de servidores para o desempenho das tarefas próprias de um banco de investimento. Embora haja no Brasil vários Bancos que operam, em grande escala, em financiamentos industriais, as características de constituição e funcionamento do Banco do Desenvolvimento lhe asseguram uma situação «sui generis», donde decorre, também, a necessidade de maior especialização do seu pessoal. Pretende-se, por isso, recorrendo aos organismos internacionais e estrangeiros dedicados ao aperfeiçoamento técnico de brasileiros, promover o estágio de servidores do Banco em entidades congêneres de outros países, bem assim a frequência a cursos especiais de nível universitário.

179. Os problemas de organização, considerados no seu sentido amplo, foram entregues ao estudo de uma comissão especial, já designada. Técnicos de administração e servidores familiarizados com os problemas de organização, uns e outros pertencentes ao quadro do Banco, constituem essa Comissão. Caberá a esse órgão, nos termos da Portaria que o instituiu, estudar todos os problemas de organização do Banco, estruturais e funcionais, e sugerir as providências que forem indispensáveis para assegurar ao estabelecimento as condições técnico-administrativas mais adequadas e favoráveis ao desempenho de suas atribuições legais.

III — ESTUDOS E PESQUISAS

180. Terão prosseguimento em 1954 os estudos e pesquisas sobre a economia nacional que tiveram início durante o exercício precedente, esperando-se, também, poder começar novos trabalhos tendentes a obter mais amplo e aprofundado conhecimento de deter-

minados aspectos da realidade brasileira relacionados com as atividades do Banco.

181. O Grupo Misto de Estudos BNDE-CEPAL continuará a elaboração de dados estatísticos elementares e análises econômicas, segundo o plano traçado para obter a diagnose do desenvolvimento do país e a sua projeção nos anos futuros. Além das pesquisas já iniciadas, deverão ser aprofundados e ampliados os estudos relacionados com a projeção da demanda setorial, bem assim com a estimativa das necessidades futuras dos meios de transporte. Serão completadas, por certo, tanto a coleta dos elementos referentes às contas do setor público no orçamento econômico nacional, quanto à própria análise dos resultados obtidos. Pretende-se, também, iniciar as pesquisas sobre a atividade econômica na agricultura.

182. O Banco alimenta a esperança de poder concluir, no exercício, o levantamento do orçamento econômico nacional. Foi referido, anteriormente, que se preparou o esquema básico de contas, o qual, depois de convenientemente revisto, orientará o trabalho de pesquisa. Há interesse, também, em realizar cuidadoso levantamento das fontes de recursos para investimento, com a correspondente análise da importância de cada qual em relação ao conjunto da economia nacional e das possibilidades de mobilização imediata ou remota. Procurar-se-á, finalmente, ao lado de outros estudos que certamente serão impostos pelas necessidades do momento, iniciar o exame dos efeitos que os projetos financiados pelo Banco estiverem produzindo sobre a economia nacional, em conjunto ou considerada segundo aspectos particulares.

183. Deverão estar concluídos, nos primeiros meses do exercício, os trabalhos iniciados com o objetivo de estabelecer as bases para uma política de produção animal e de uma rede nacional de silos e armazéns. É provável que, após a apresentação das conclusões gerais relativas aos aludidos problemas, seja ainda o Banco convidado a continuar a prestar sua colaboração aos órgãos competentes, principalmente para a realização de estudos e pesquisas complementares.

IV — FINANCIAMENTOS

1. — Disponibilidade de recursos

184. Os recursos com que pode contar o Banco para atender aos financiamentos de programas e projetos que visem ao desenvolvimento da economia brasileira, podem ser distribuídos em quatro grupos:

- a) — o montante dos adicionais ao imposto de renda, ou seja, 15% sobre o total do tributo a pagar pelas pessoas físicas e jurídicas, — aquelas quando lançadas em mais de Cr\$ 10.000,00, — e 3% sobre as reservas e lucros em suspenso ou não distribuídos em poder de pessoas jurídicas;
- b) — as importâncias recolhidas compulsoriamente, de ordem do Ministro da Fazenda, e abrangendo, dentro das respectivas limitações máximas anuais, até 4% do valor total dos depósitos das Caixas Econômicas Federais; até 25% das reservas técnicas que as companhias de seguro e capitalização devam constituir cada ano; até 3% da receita anual dos órgãos de previdência social, excluída a importância correspondente à quota da União;
- c) — o «Fundo Especial de Juros, Amortizações e Resgate das Obrigações do Reaparelhamento Econômico», isto é, o montante de taxas, sobretaxas, rendas ou contribuições no todo ou em parte destinadas a fins idênticos aos que determinaram a criação do Banco;
- d) — depósitos judiciais, produtos de juros, comissões, etc., e outras rendas eventuais.

185. Segundo as estimativas realizadas em março de 1953 e que têm servido de base aos prognósticos do Banco no que concerne à disponibilidade de capital, a receita arrecadada mediante recurso

às fontes enumeradas nos dois primeiros grupos supra referidos, seria a seguinte, calculada para o período de cinco anos e considerando-se as quotas máximas para o recolhimento compulsório:

Fonte	Receita (Cr\$ milhão)
Impôsto de renda	10.413
Companhias de Seguros e Capitalização ..	1.509
Caixas Econômicas Federais	3.444
Órgãos de Previdência	2.006
Total	17.372

186. Cumpre observar, entretanto, como já se disse em outro local, que não se determinou o recolhimento compulsório, relativamente aos exercícios de 1952 e 1953, senão para as companhias de seguro e capitalização, o que implicou na redução da receita, naqueles dois anos, em total estimado em 1.800 milhões de cruzeiros, aproximadamente. No biênio 1952/53, em que a receita total fôra calculada em 5.658 milhões de cruzeiros, a parcela não recolhida corresponde a mais de 30% de todos os recursos previstos.

187. Não se dispõe, infelizmente, de base para calcular o montante provável que constituirá o Fundo de Resgate referido precedentemente. A ressalva, existente na lei, de que serão respeitados os vínculos estabelecidos para as contribuições básicas do Fundo, faz temer, entretanto, que as parcelas livres e disponíveis não atinjam a importâncias apreciáveis. Serão relativamente pouco significativas, de outra parte, as rendas que constituem o quarto grupo, principalmente nos primeiros anos de funcionamento do Banco. Com a aplicação dos capitais, evidentemente, crescerão as rendas provenientes de juros e comissões.

2. — Demanda de Financiamentos

188. Enquanto não se mostram promissoras as perspectivas de se contar com recursos suficientes para pôr em execução um programa mínimo de desenvolvimento e fomento econômicos, cresce

dia a dia o número dos que procuram o Banco a fim de obter financiamentos. O estabelecimento, talvez em virtude dos financiamentos que vem concedendo e da orientação seguida no exame dos projetos, está se tornando progressivamente conhecido.

189. No exame da demanda de financiamentos, os pedidos devem ser considerados em dois grupos diferentes. O primeiro grupo abrange os projetos elaborados pela CMBEU, sendo os valores dos empréstimos computados ainda mesmo na hipótese de não terem sido endereçados pedidos formais ao Banco. Para os pedidos de financiamento em cruzeiros, tomou-se o montante solicitado pelo interessado, em vez da importância recomendada no projeto, sempre que se observam diferenças entre os dois valores. Esse critério determina, naturalmente, neste particular, discrepâncias entre os dados do Banco e os divulgados pela CMBEU.

190. A situação dos financiamentos relativos aos aludidos projetos era a seguinte, ao terminar o ano de 1953:

Setores de Atividade	Recomendado ou pedido		Concedido	
	Cr\$ 1000	US\$ 1000	Cr\$ 1000	US\$ 1000
I — Agricultura	—	23.000	—	18.000
II — Armazenagem	206.000	4.125	—	—
III — Energia	1.997.000	129.746	—	83.440
IV — Ferrovias	6.411.760	144.683	1.925.239	42.418
V — Indústria	180.000	16.860	180.000	16.860
VI — Portos de navegação	1.160.342	66.957	—	—
VII — Rodovia	—	6.661	—	3.000
TOTAL	9.955.102	392.932	2.105.239	163.718

191. O segundo grupo engloba os pedidos de financiamento originariamente dirigidos ao Banco, isto é, empréstimos que se destinam à execução de projetos ou programas elaborados por outras entidades que não a CMBEU. A única observação a fazer a respeito é que foi computada, na demanda, a importância de determinados pedidos, cujos interessados, inquiridos sobre certos pormenores ou invocados a prestar esclarecimentos complementares, não mais se manifestaram sobre o assunto, apesar de transcorridos alguns meses da consulta.

192. Os financiamentos pedidos nos projetos do segundo grupo assim se resumem:

Setores de Atividade	Recomendado ou pedido		C o n c e d i d o	
	Cr\$ 1000	US\$ 1000	Cr\$ 1000	US\$ 1000
I — Agricultura	19.250	—	—	—
II — Armazenagem	433.000	—	27.000	—
III — Energia	1.461.988	17.500	—	—
IV — Ferrovias	884.645	—	—	—
V — Indústria	2.055.470	24.777	—	—
VI — Portos de navegação	2.019.950	—	—	—
VII — Rodovia	1.040.000	—	—	—
VIII — Transportes diversos	71.643	36.707	—	—
IX — Outros setores ...	1.916.787	—	—	—
TOTAL	9.902.733	78.984	27.000	—

193. É preciso considerar, outrossim, que na parcela dos empréstimos concedidos não se incluem as importâncias dadas em adiantamento durante o exercício. Conforme se esclareceu em outro parágrafo, os adiantamentos concedidos ascenderam a Cr\$ 554 milhões, sendo Cr\$ 210 milhões ao setor de energia elétrica e Cr\$ 334 milhões a portos e navegação.

194. Observa-se, do exposto, que a demanda de recursos junto ao Banco ascendia, em dezembro de 1953, a Cr\$ 19.857.835,00 e US\$ 471.016.000. Depois de deduzidos os empréstimos já concedidos e os que foram denegados, (Cr\$ 180.400.000,00), o total em moeda nacional se reduzia, portanto, a Cr\$ 17.545.196.000,00.

195. Tem-se, em consequência, que o montante dos empréstimos solicitados ao Banco em pouco mais de um ano de atividade, ultrapassava, em cerca de 2,5 bilhões de cruzeiros, a receita estimada para ser arrecadada durante o quinquênio 1952/56. Admitindo-se, como tudo leva a crer de fato venha a acontecer, sejam concedidos todos os financiamentos, em cruzeiro, necessários à execução dos projetos da CMBEU, restaria, apenas, computando-se a receita com que se pode de fato contar, a importância de 5,6 bilhões de cruzeiros para atender aos 9,9 bilhões pedidos até dezembro. Isso sem levar em conta, naturalmente, os aumentos dos custos dos projetos, em decorrência de elevações de preços.

196. Os argumentos expostos são suficientes, sem dúvida, para justificar a necessidade de se criarem novas fontes de recursos para a atuação do Banco. É certo que a constituição de alguns fundos, como o de eletrificação, ora sendo promovida pelo Governo, poderá concorrer, de alguma sorte, para minorar a insuficiência de meios com que tem de lutar o Banco para desempenhar sua relevante missão incentivadora. Transferindo-se à responsabilidade desses fundos o atendimento dos pedidos de empréstimo para desenvolvimento de produção de energia elétrica — o que será perfeitamente legal e viável — serão imediatamente liberadas altas doses de capital, reservado pelo Banco àquele fim.

197. A tabela abaixo mostra, segundo as Unidades da Federação, o montante dos financiamentos pedidos ao Banco somente no campo de energia elétrica, apresentando, ainda, o total dos KW a ser instalado nas respectivas usinas. É preciso ter em conta, ao examinar a tabela, que os dados registrados não correspondem à totalidade das inversões que serão efetuadas para a concretização dos empreendimentos. Outros recursos, provenientes de reservas das empresas ou de outras fontes de capital, serão utilizados complementarmente.

Unidades da Federação ou Regiões	Número de pedidos	Importância (em milhão)		KW a instalar	
		CR\$	US\$	Hidro- elétrico	Termo- elétrico
Pará	1	—	2,5	—	15.000
Ceará	1	5,0	—	—	1.500
Nordeste	1	300,0	8,5	120.000	—
Bahia	1	243,0	—	20.000	—
Minas Gerais ...	5	361,8	23,2	147.000	—
M. Gerais - Goiás	1	12,0	—	4.400	—
Espírito Santo ..	1	171,8	—	17.000	—
Rio de Janeiro ..	2	148,5	—	13.433	—
São Paulo	5	745,0	45,3	347.247	160.000
S. Paulo - Paraná	1	273,0	41,1	115.500	55.100
Paraná	1	150,0	—	9.000	—
Rio G. do Sul ..	1	1.004,0	25,0	94.000	43.000
Mato Grosso ...	1	15,0	1,6	9.000	2.500
Goiás	2	13,0	—	1.450	—
TOTAL	24	3.442,1	147,2	898.030	277.100

198. A posição é, no momento, de expectativa, aguardando-se a decisão final relativamente à criação dos novos fundos anunciados pelo Poder Executivo antes da determinação de outras providências visando ao reforço dos recursos reservados para o programa de desenvolvimento econômico. Embora a liberação acarretada pelos novos fundos possibilite o atendimento de apenas parte das solicitações já processadas, redundará da medida, sem dúvida, um desfôgo para o plano de investimentos, a cargo do Banco. Sem embargo dessa possibilidade, estudos serão realizados com o objetivo de precisar o montante aproximado que deve ser recolhido ao Fundo de Resgate, bem assim de verificar a possibilidade de serem movimentadas pelo Banco as verbas incluídas no orçamento da União para atender a programas de reaparelhamento de unidades administrativas que exercem atividades preponderante ou precipuamente econômicas.

Saques sôbre empréstimos concedidos em 1953	700
Disponibilidades para saques de novos emprés- timos, a serem concedidos em 1954	2.528

201. Do total de Cr\$ 19.858 milhões de pedidos de empréstimos, dos quais já foram concedidos cêrca de Cr\$ 2.132 milhões, resta um estoque de projetos cujo valor se eleva a Cr\$ 17.726 milhões. E neste grupo, bastante superior às disponibilidades existentes, que devem ser escolhidos os que merecem tratamento prioritário, até a soma de Cr\$ 8 bilhões.

202. O conjunto de pedidos pendentes de financiamento no Banco compõe-se de dois grandes grupos: o primeiro, cujo montante atinge atualmente a Cr\$ 7.850 milhões, engloba todos os projetos provenientes da CMBEU; e o segundo, no valor total de Cr\$ 9.870 milhões, abrange todos os pedidos apresentados diretamente ao Banco pelas entidades interessadas. A distribuição dos recursos calculados para 1954 entre êstes dois grupos dever-se-á fazer na base de 2/3 para o primeiro e 1/3 para o segundo. Justifica-se tal distribuição pelo fato de que os recursos totais previstos para o Banco, segundo as estimativas já mencionadas, devem elevar-se a mais de Cr\$ 15 bilhões, enquanto que os empréstimos recomendados pela CMBEU, considerados de alta prioridade, não ascendem a mais de Cr\$ 10 bilhões. Dêste modo, os recursos totais que o Banco virá a dispor cobrirão, plenamente, os projetos planejados pela CMBEU e ainda proporcionarão saldo mínimo de Cr\$ 5 bilhões, suficiente para atender a financiamentos de projetos próprios do Banco que apresentem prioridade equivalente aos da CMBEU.

203. O critério geral assim estabelecido possibilita destacar, para financiamento em 1954, projetos da CMBEU que correspondam ao valor de Cr\$ 5.500 milhões. Restarão no estoque, para serem financiados nos exercícios futuros, Cr\$ 2.350 milhões. Procedeu-se, por conseguinte, a seleção dos projetos até atingir aquêle montante. A escolha, como é óbvio, foi orientada pela análise de cada projeto e pelo exame das vantagens comparativas que os mesmos apresentam em termos de renda nacional e de sua contribuição para atenuar as influências negativas que se exercem sôbre o desenvolvimento econômico nacional. Foram selecionados, de acôrdo com êsses critérios, dezessete projetos, distribuídos segundo os três setores da atividade econômica. A participação percentual de cada setor relativamente

3. — Programa de prioridades

199. Examinando-se, comparativamente, os pedidos de financiamento e os fundos de que o Banco poderá dispor, observa-se considerável excesso dos primeiros em relação aos segundos. Impõe-se, por isso mesmo, uma vez que os recursos são obtidos pelo Banco de maneira parcelada, no período de 5 anos, precisar a importância que se poderia utilizar na concessão de empréstimos no exercício de 1954. Determinado esse montante, deve-se procurar fixar, em face da sua evidente insuficiência, uma escala de prioridade, de modo a tornar possível a seleção, no estoque de projetos existentes, daqueles que preferencialmente merecem atendimento durante o ano.

200. Os fundos efetivamente disponíveis para novos empréstimos em 1954, podem ser estimados, segundo a tabela abaixo, em Cr\$ 2,5 bilhões. Admitindo, na base da experiência de estudos dos projetos existentes, todos eles de utilização demorada — de 3 a 5 anos — que, do montante dos empréstimos concedidos, apenas parcela de 30% seja utilizada no período inicial de aplicação, infere-se que a soma limite para novos empréstimos será aproximadamente de Cr\$ 8,5 bilhões. Por motivos de segurança, todavia, convém seja deduzida desse total a importância de Cr\$ 500 milhões, que se reservaria quer para eventuais alterações nas condições dos empréstimos já concedidos, quer para adiantamentos de emergência, créditos a curto e médio prazo e outras operações. Resulta, daí, uma estimativa prudente de recursos que permitiria elevar de mais Cr\$ 8 bilhões os empréstimos a serem concedidos pelo Banco.

Cálculo das disponibilidades para novos empréstimos em 1954
(Cr\$ 1 milhão)

Disponibilidades líquidas, em 1/1/54	1.175	
Realizável a curto-prazo, em 1954	53	
<hr/>		
Disponibilidades iniciais		1.228
Arrecadação do remanescente de 1953, em poder do Tesouro Nacional	1.300	
Arrecadação parcial de 1954	500	
Recolhimento das emprêsas de Seguros e Capitalização	200	
Entradas durante o ano		2.000
Disponibilidades totais		3.228

ao total dos fundos a empregar é a seguinte: silos e armazenamento, 3,8; energia elétrica, 12,6; ferrovias, 83,6.

204. Para o atendimento, em 1954, de pedidos de financiamentos dirigidos diretamente ao Banco, no total de Cr\$ 9 bilhões, e ainda pendentes de estudo, foi atribuída a importância de Cr\$ 2.500 milhões. Selecionaram-se, todavia, para que não fôsse ultrapassado o montante disponível, vários projetos, relativos a silos e armazenagem, energia elétrica, ferrovia, oleoduto e empreendimentos agrícolas e industriais básicos.

205. São estas as perspectivas de financiamento, no ano que se inicia, orientando o programa de atividades do Banco. Trata-se, pois, de um número considerável de projetos de serviços fundamentais e indústrias básicas, a um custo total calculado em Cr\$ 8 bilhões. Se bem tenha a programação obedecido a critérios objetivos, não se exclui, sem dúvida, a possibilidade de que eventualmente sofra revisões, no curso do exercício, para atender não só a emergências, como para acolher projetos novos que, porventura, venham a ser apresentados, e cuja classificação prioritária, baseada em evidentes vantagens para a economia nacional, justifique a preterição de outros, de efeitos gerais comparativamente menores.

206. Reclama a economia nacional, por certo, ação mais intensa e profunda do que a programada pelo Banco para o exercício de 1954, no que se refere à concessão de financiamentos a serviços básicos infraestruturais e industriais. Não se pode, evidentemente, subestimar a alta relevância para a economia nacional dos empreendimentos já financiados pelo Banco ou cujo financiamento está previsto para sua ação futura. Apesar disso, tem-se de reconhecer que as soluções proporcionadas até o momento pelos empréstimos concedidos, apenas representam parcela mínima do que deve ser realizado com o objetivo de afastar os obstáculos que têm impedido a plena expansão da economia brasileira.

207. Seria desejável, naturalmente, pudesse o Banco oferecer, em 1954, e nos exercícios futuros, mais extensa contribuição para a eliminação dos obstáculos que vêm entorpecendo o desenvolvimento

da economia nacional. É lamentável, com efeito, que a insuficiência de recursos não permita o financiamento, para instalação ou reequipamento, senão de alguns dos serviços infraestruturais de importância fundamental e de parcela mínima dos empreendimentos industriais básicos de que instantaneamente carece o país. Como o desenvolvimento dos meios de produção deve ser harmônico, a fim de assegurar a equilibrada expansão das atividades econômicas, o ideal seria que a ação financiadora do Banco se fizesse sentir em todos os setores e com intensidade proporcionalmente igual. A escassez de recursos, todavia, restringe a ação propulsora, limitando-a a uns poucos serviços básicos.

208. Não deixa de ser pertinente, por isso mesmo, a insistência com que se procurou mostrar, na presente Exposição, a insuficiência dos fundos postos à disposição do Banco. Faz-se mister, sem dúvida, examinar a possibilidade de reforçar os recursos em causa, a fim de que o programa ora em execução venha a ser expandido, de imediato, em benefício do Brasil.

Período de 1 de janeiro a 30 de junho de 1953

F. E. L. Laquintinie
Chefe do Departamento Financeiro

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Autorizado a funcionar por Lei nº 1.628, de 20/6/1952

Balço em 31 de dezembro de 1953

Período de 1 de julho a 31 de dezembro de 1953

ATIVO				PASSIVO			
A — DISPONÍVEL				G — NÃO EXIGÍVEL			
Caixa				TESOURO NACIONAL, C/CAPITAL	Cr\$	20.000.000,00	
Em Moeda Corrente ...	Cr\$	22.487.474,00		TESOURO NACIONAL, C/§ 6.º DO ART. 3.º DA LEI N.º 1.474 DE 26-11-51	Cr\$	4.421.350,40	
Em Depósito no Banco do Brasil				FUNDO DE AMORTIZAÇÃO DO ATIVO FIXO	Cr\$	800.000,00	
C/Movimento	Cr\$	1.174.547.484,60	Cr\$ 1.197.034.958,60	FUNDO DE AMORTIZAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DO REAPARELHAMENTO ECONÔMICO ..	Cr\$	9.288.913,60	Cr\$ 34.510.264,00
B — REALIZÁVEL				H — EXIGÍVEL			
Titulos e Valores de n/Propriedade	Cr\$	53.186.210,00		A Curto Prazo			
Financiamentos a Ferrovias	Cr\$	218.240.764,00		Depósitos de Poderes Públicos	Cr\$	17.688.000,00	
Financiamentos a Frigoríficos	Cr\$	7.241.750,00		Contas Correntes Diversas	Cr\$	921.015,60	
Financiamentos de Portos	Cr\$	344.075.482,20		Outros Depósitos	Cr\$	1.231,30	Cr\$ 18.610.246,90
Financiamentos para Energia Elétrica	Cr\$	213.930.216,70		A Longo Prazo			
Financiamentos a Indústrias Básicas	Cr\$	27.299.610,40		TESOURO NACIONAL, C/ Fundo do Reaparelhamento Econômico	Cr\$	1.873.028.091,20	
Financiamentos Diversos	Cr\$	3.200.000,00		Fundo do Reaparelhamento Econômico, C/ Recolhimento das Empresas de Seguros e Capitalização ..	Cr\$	177.459.685,70	Cr\$ 2.050.487.776,90
Outros Créditos	Cr\$	1.432.083,60	Cr\$ 868.606.116,90				Cr\$ 2.069.098.023,80
C — IMOBILIZADO				I — TRANSITÓRIO			
Móveis e Utensílios	Cr\$	4.102.046,20		Taxa de Fiscalização	Cr\$	— x —	Cr\$ 2.270.463,90
Instalações	Cr\$	2.116.700,80		J — RESULTADOS PENDENTES			
Biblioteca	Cr\$	47.081,30		Contas de Resultados	Cr\$	— x —	Cr\$ 1.403.344,30
Material de Expediente	Cr\$	1.256.014,80	Cr\$ 7.521.843,10	K — CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
D — TRANSITÓRIO				Garantias de Empréstimos	Cr\$	1.537.806.616,40	
Adicionais do Imposto de Renda (Art. 28, da Lei 1.628, de 20-6-52) ...	Cr\$	33.516.761,00		Credores por Financiamentos a Integralizar em Moeda Nacional ..	Cr\$	1.190.720.177,90	
Devedores Diversos	Cr\$	602.416,40	Cr\$ 34.119.177,40	Credores por Financiamentos a Integralizar em Moeda Estrangeira, por conta do Tesouro Nacional ..	Cr\$	291.710.000,00	
E — RESULTADOS PENDENTES				Outras Contas	Cr\$	10.149.770,00	Cr\$ 3.030.386.564,30
	Cr\$	— x —	Cr\$ — x —	TOTAL			Cr\$ 5.137.668.660,30
F — CONTAS DE COMPENSAÇÃO							
Titulos e Valores Cauccionados	Cr\$	276.222.616,40					
Garantias Diversas	Cr\$	1.261.584.000,00					
Financiamentos de Contratos a Integralizar em Moeda Nacional ..	Cr\$	1.190.720.177,90					
Financiamentos de Contratos a Integralizar em Moeda Estrangeira, por conta do Tesouro Nacional	Cr\$	291.710.000,00					
Outras Contas	Cr\$	10.149.770,00	Cr\$ 3.030.386.564,30				
TOTAL			Cr\$ 5.137.668.660,30				

Walder Lima Sarmanho
Presidente

Cleantho de Paiva Leite
Diretor

Luiz Carlos de Oliveira Figueiredo
Chefe da Divisão de Contabilidade (C.R.C. 1.756)

Diretor - Francisco Antunes Maciel
p/ Diretor Superintendente

F. E. L. Laquintinie
Chefe do Departamento Financeiro

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Autorizado a funcionar por Lei nº 1.628 de 20/6/1952

Balanço em 30 de junho de 1953

Período de 1 de janeiro a 30 de junho de 1953

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA "LUCROS E PERDAS"**DÉBITO****DESPESAS GERAIS**

Assinat. e Compra de Jornais e Revistas; Conserv. e Limpeza; Comissões s/ Recolh. das Cias. de Seg. e Cap.; Correios; Desp. Miúdas; Encadernações; Mat. de Escritório; Mat. Miúdos; Passag. e Transp.; Portes Div.; Publicações; Serv. Extr.; Serv. Téc.; Telegramas; Uniformes; Viagens e Estadias Cr\$ 2.691.102,60

HONORÁRIOS DA DIRETORIA E CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Cr\$ 700.877,80
 ORDENADOS E GRATIFICAÇÕES Cr\$ 1.532.733,00
 FUNDO DE AMORTIZAÇÃO DO ATIVO FIXO Cr\$ 180.000,00

Transferência neste exercício
 Lucro líquido que passa para o exercício seguinte Cr\$ 2.274.159,80

TOTAL Cr\$ 7.378.873,20

CRÉDITO

SALDO NÃO DISTRIBUÍDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR Cr\$ 1.176.263,10
 COMISSÕES DE FINANCIAMENTOS Cr\$ 2.952.500,00
 JUROS DE FINANCIAMENTOS Cr\$ 2.945.371,50
 JUROS BANCÁRIOS Cr\$ 304.738,60
Cr\$ 7.378.873,20

Walder Lima Sarmanho
 Presidente
 José Soares Maciel Filho
 Diretor-Superintendente
 F. E. L. Laquintinie
 Chefe do Departamento Financeiro

Francisco Antunes Maciel
 Diretor
 Cleantho de Paiva Leite
 Diretor
 Luiz Carlos de Oliveira Figueiredo
 Chefe da Divisão de Contabilidade
 (C.R.C. 1.756)

R2088 F0130

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Autorizado a funcionar por Lei nº 1.628 de 20/6/1952

Balanço em 31 de dezembro de 1953

Período de 1 de julho a 31 de dezembro de 1953

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA "LUCROS E PERDAS"

DÉBITO

DESPESAS GERAIS	Cr\$ 5.516.803,10
HONORÁRIOS DA DIRETORIA E CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	Cr\$ 752.336,00
ORDENADOS E GRATIFICAÇÕES	Cr\$ 7.838.745,00
AMORTIZAÇÕES DO ATIVO FIXO	Cr\$ 620.000,00
FUNDO DE AMORTIZAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DO REAPARELHAMENTO ECONÔMICO	Cr\$ 9.288.913,60
TOTAL	Cr\$ 24.016.797,70

CRÉDITO

Lucro transferido do Semestre Anterior	Cr\$ 2.274.159,80
JUROS DE FINANCIAMENTOS	Cr\$ 16.376.157,90
Menos os do Exercício Seguinte ..	Cr\$ 164.253,00
RENTA DE TÍT. E VALORES DE N/PROPRIEDADE	Cr\$ 1.731.984,70
Menos os do Exercício Seguinte ..	Cr\$ 1.239.091,30
JUROS BANCARIOS	Cr\$ 3.375.545,80
COMISSÕES DE FINANCIAMENTOS	Cr\$ 814.600,00
TAXA DE RESERVA DE CAPITAL	Cr\$ 704.314,00
COMISSÕES DE COBRANÇAS	Cr\$ 3.379,80
RECEITAS DIVERSAS	Cr\$ 140.000,00
TOTAL	Cr\$ 24.016.797,70

Walder Lima Sarmanho
Presidente
Cleantho de Paiva Leite
Diretor

Diretor - Francisco Antunes Maciel
p/ Diretor Superintendente
F. E. L. Laquintinie
Chefe do Departamento Financeiro

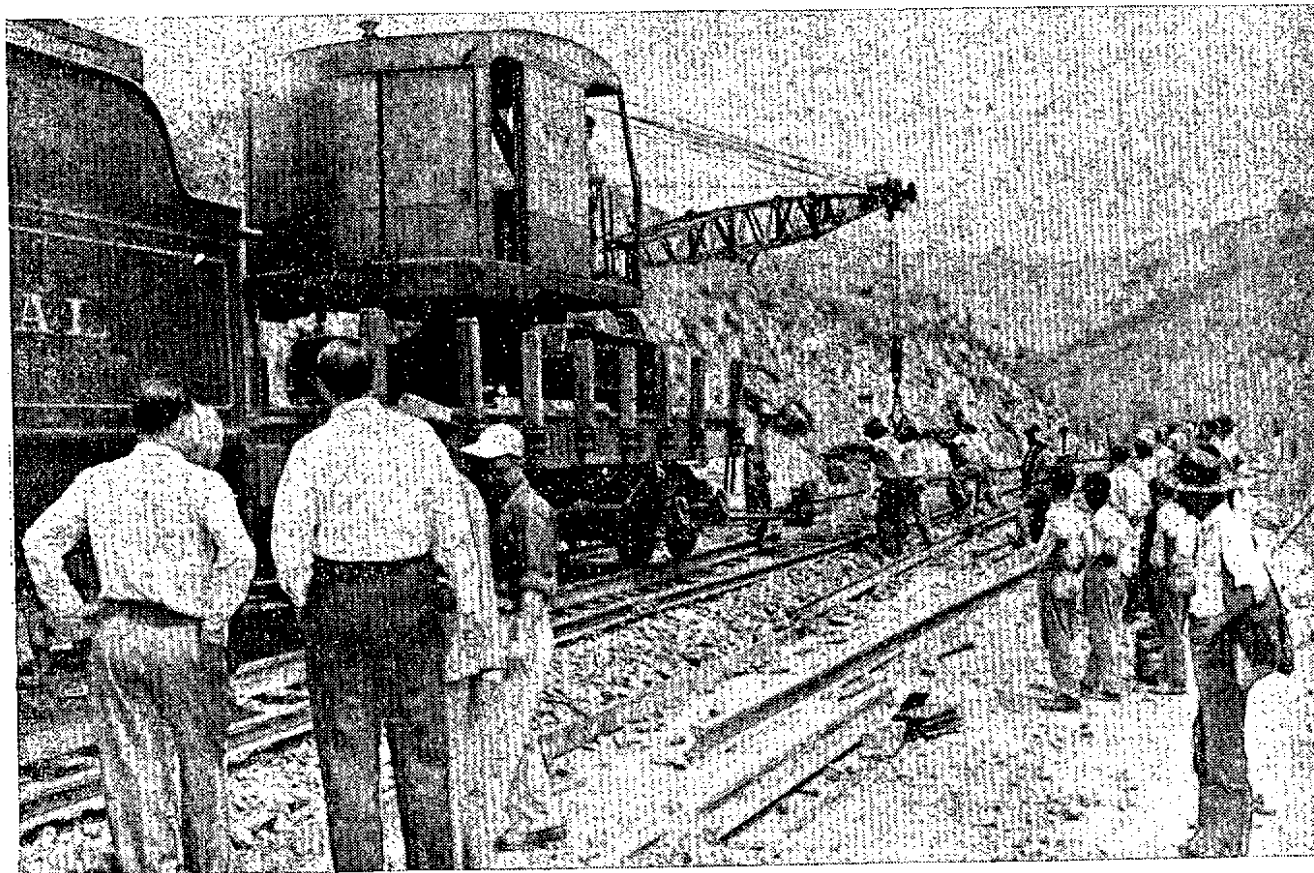
Luiz Carlos de Oliveira Figueiredo
Chefe da Divisão de Contabilidade (C.R.C. 1.756)

R2088 F0131

ASPECTOS FOTOGRAFICOS

R2088 F0132

EMPREENDIMENTOS FINANCIADOS PELO B.N.D.E.

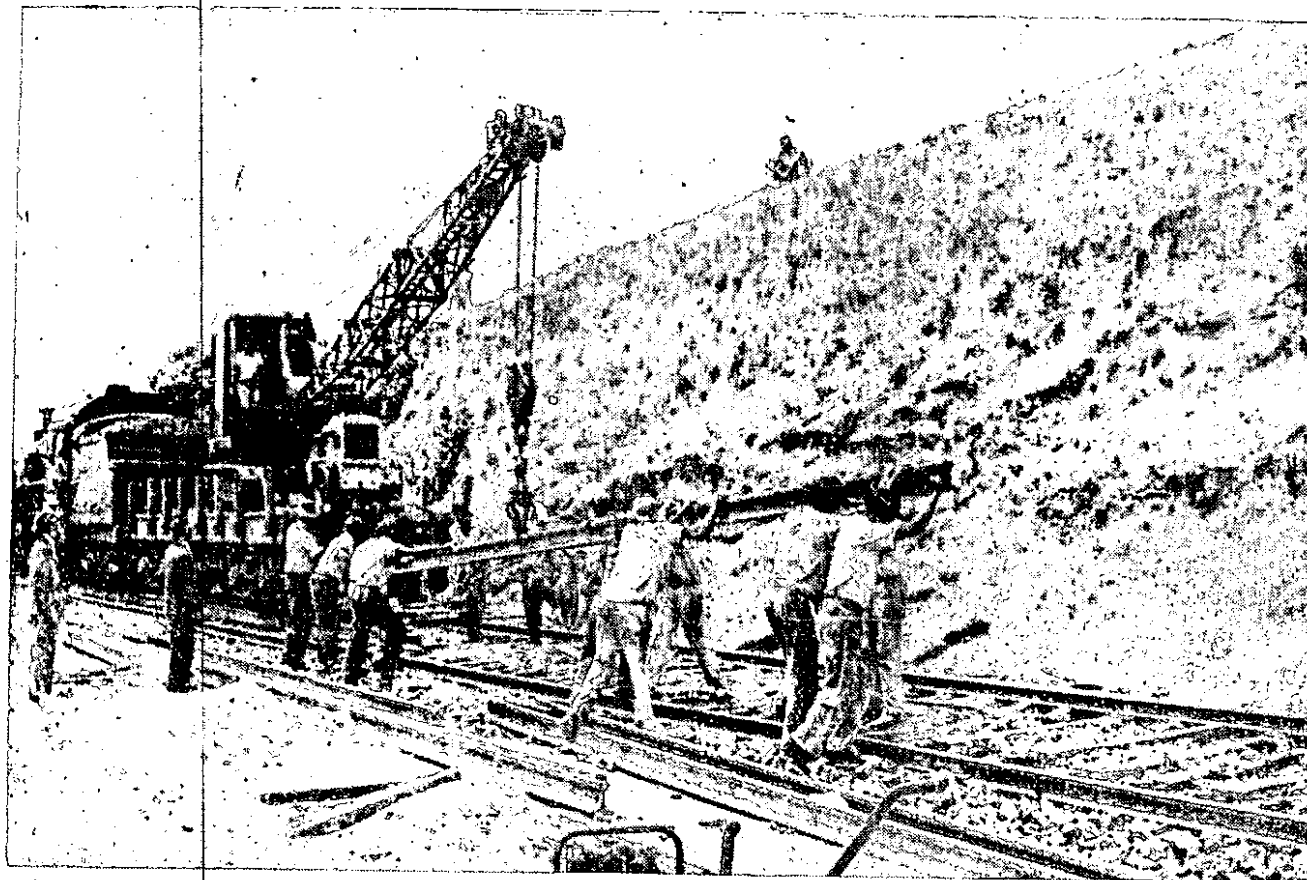


*Estrada de Ferro Central do Brasil — Substituição de trilhos e dormentes
no ramal de Paraopeba*

**DOCUMENTO
ILEGÍVEL**

R2088 F 0100

EMPREENDIMENTOS FINANCIADOS PELO B.N.D.E.



*Estrada de Ferro Central do Brasil — Substituição de trilhos e dormentes
no ramal de Paraopeba*

**DOCUMENTO
ILLEGÍVEL**

R2088 F0134

EMPREENHIMENTOS FINANCIADOS PELO B.N.D.E.

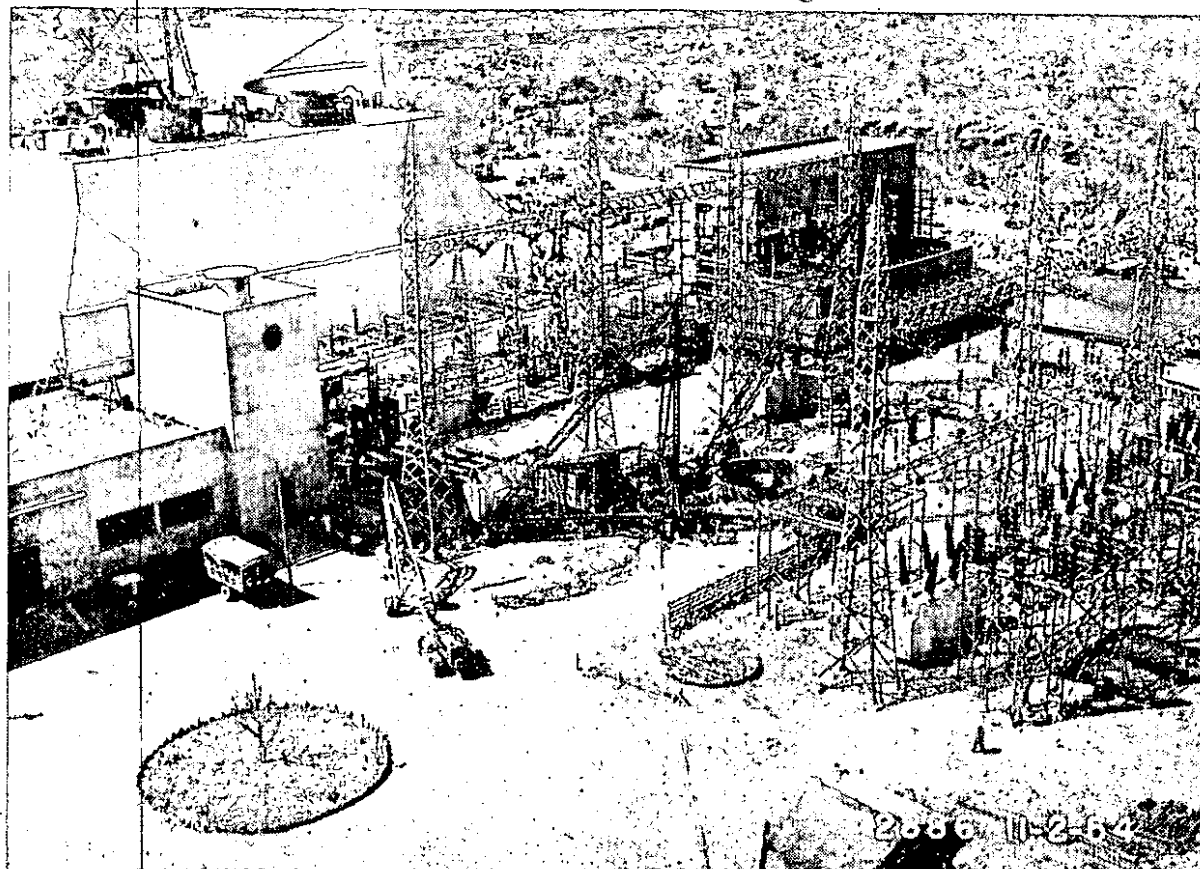


DOCUMENTO
ILUSTRATIVO

Estrada de Ferro Central do Brasil — Substituição de trilhos e dormentes no ramal de Paraopeba

R2088 F0135

EMPREENDIMENTOS FINANCIADOS PELO B.N.D.E.

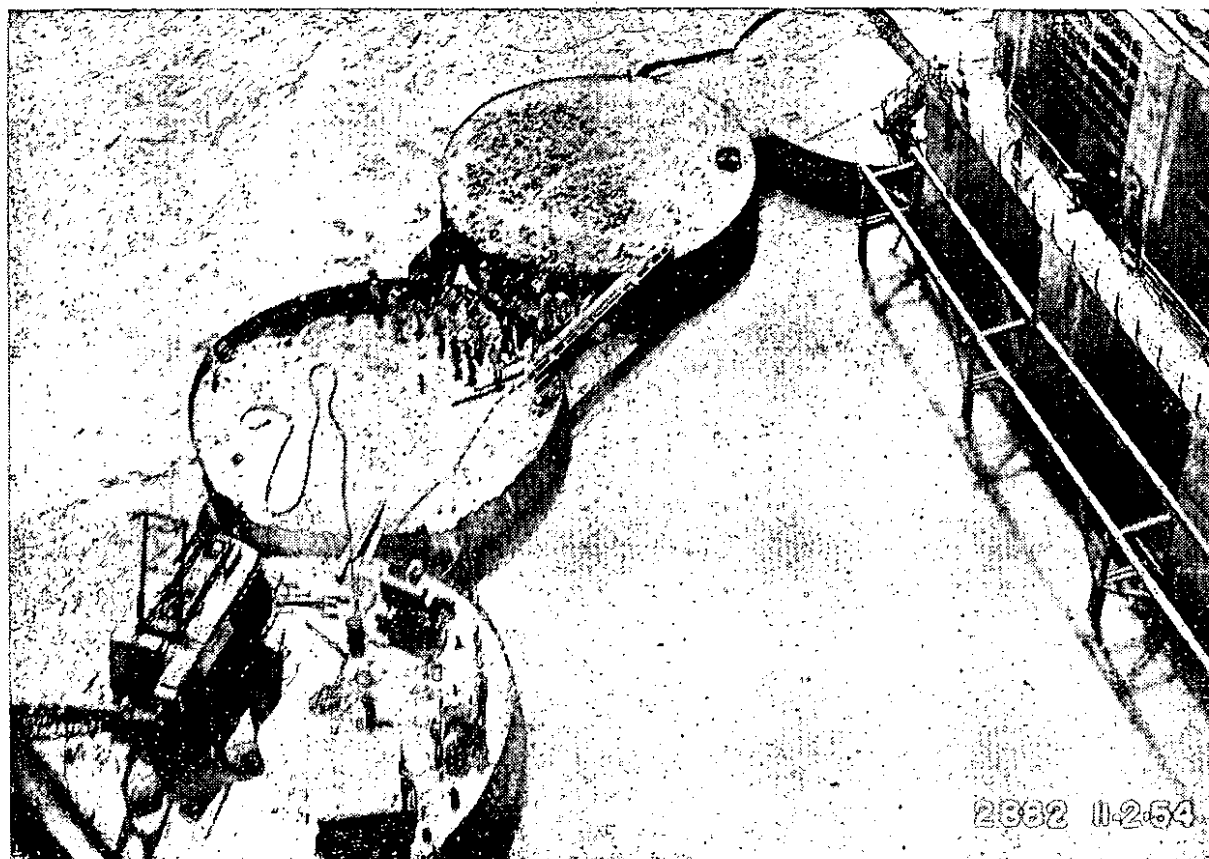


**OCUMENTO
LEGÍVEL**

Hydro-Elétrica do São Francisco — Sub-estação elevadora e tomada d'água

R2088 F0150

EMPREENHIMENTOS FINANCIADOS PELO B.N.D.E.

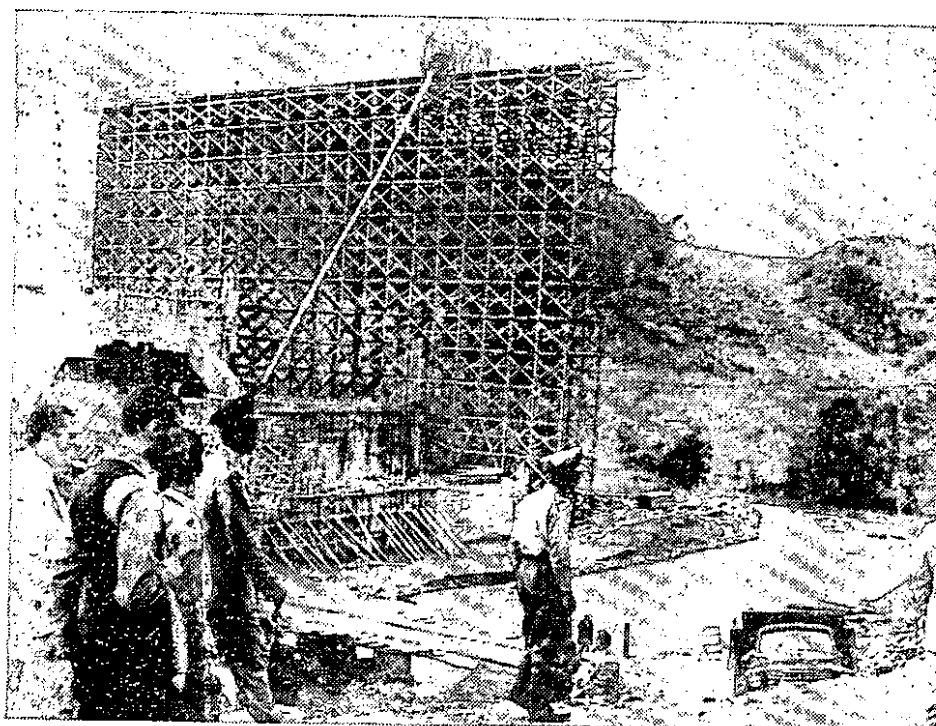


Hidro-Elétrica do São Francisco — Desmontagem de uma célula

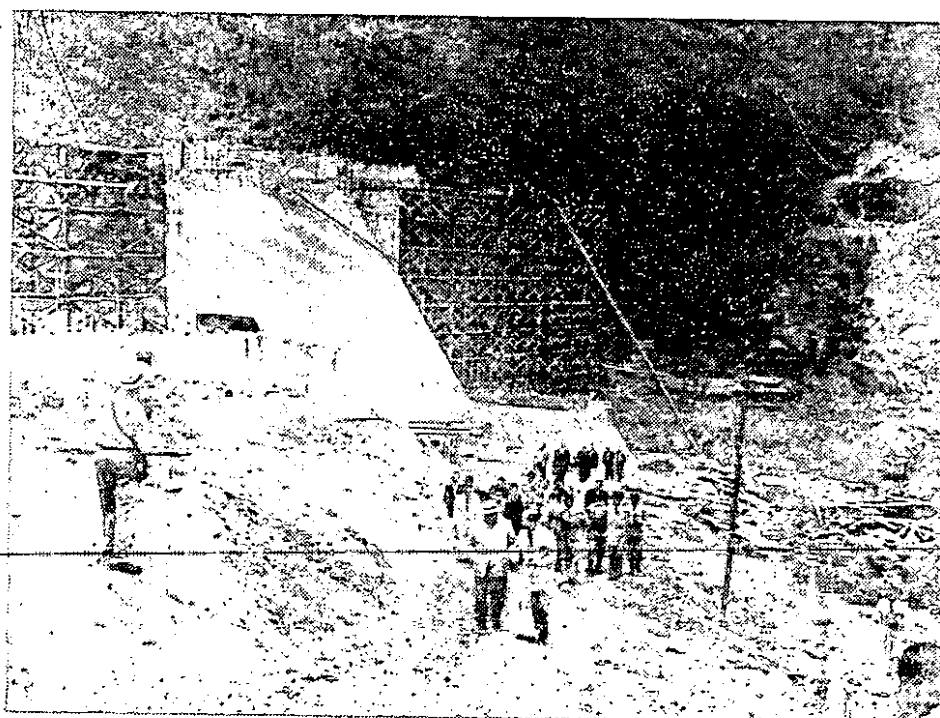
**DOCUMENTO
ILEGÍVEL**

EMPREENDEIMENTOS FINANCIADOS PELO B. N. D. E.

DOCUMENTO

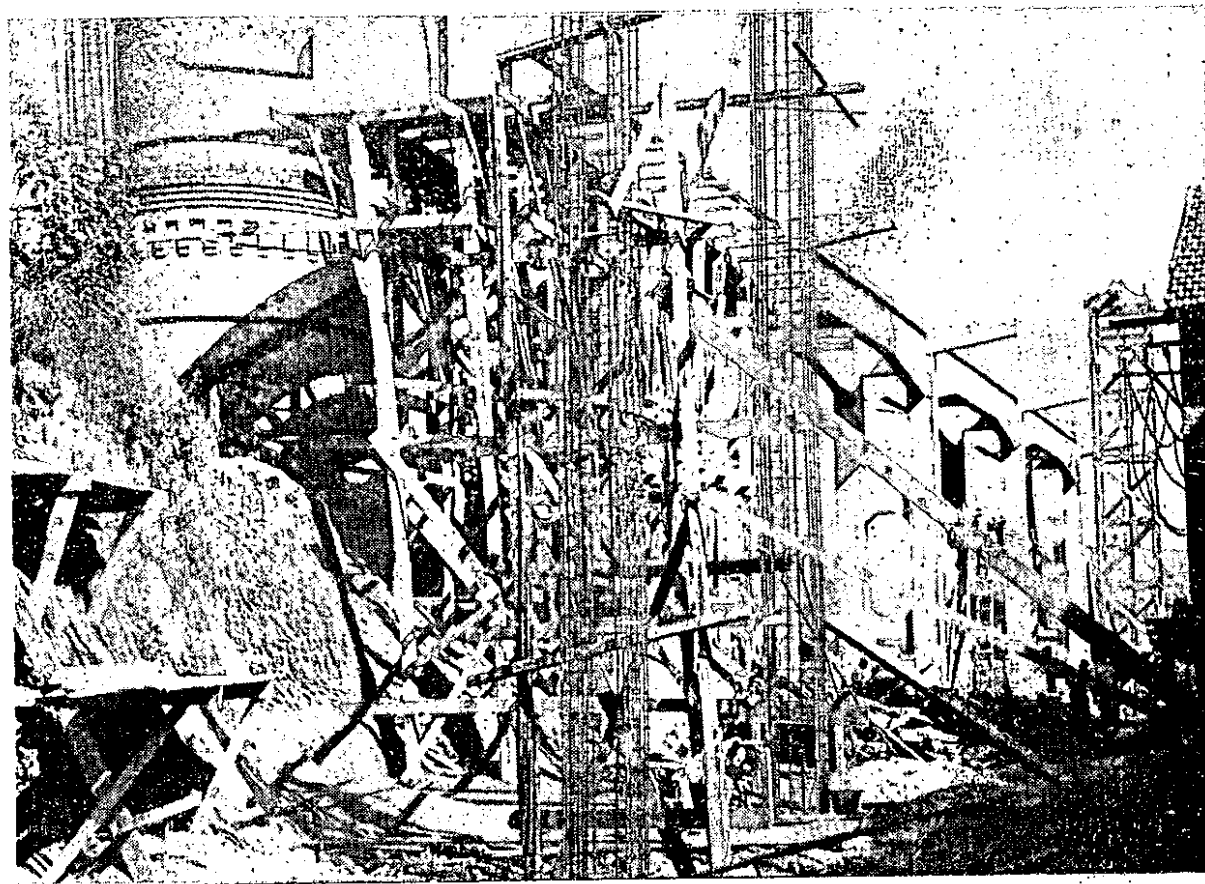


Usina de Rio Bonito, Espirito Santo — Aspectos da construção da barragem



Outro aspecto da baragem da Usina de Rio Bonito (em construção);

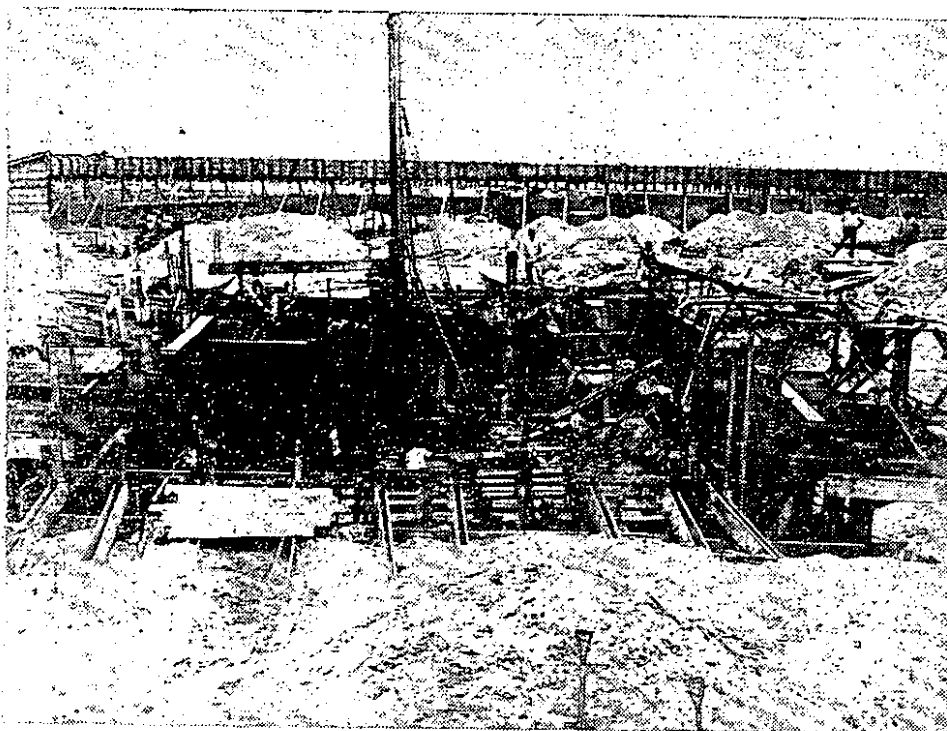
EMPREENDIMENTOS FINANCIADOS PELO B.N.D.E.



Metalúrgica Barbará — Construção de linha elevada para descarga de minério

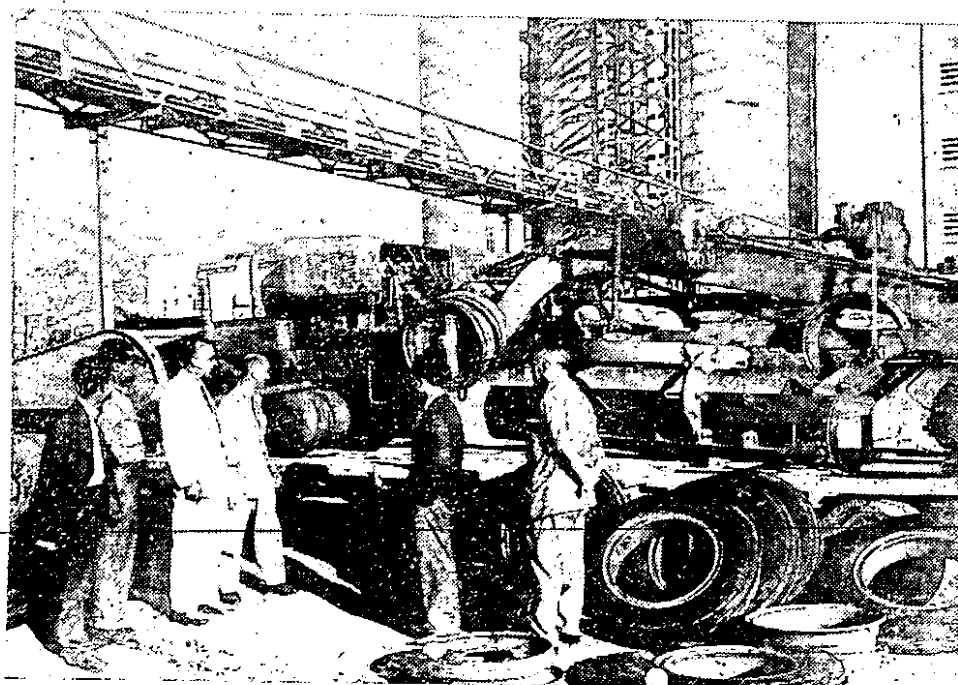
DOCUMENTO
11601486

EMPREENDIMENTOS FINANCIADOS PELO B. N. D. E.



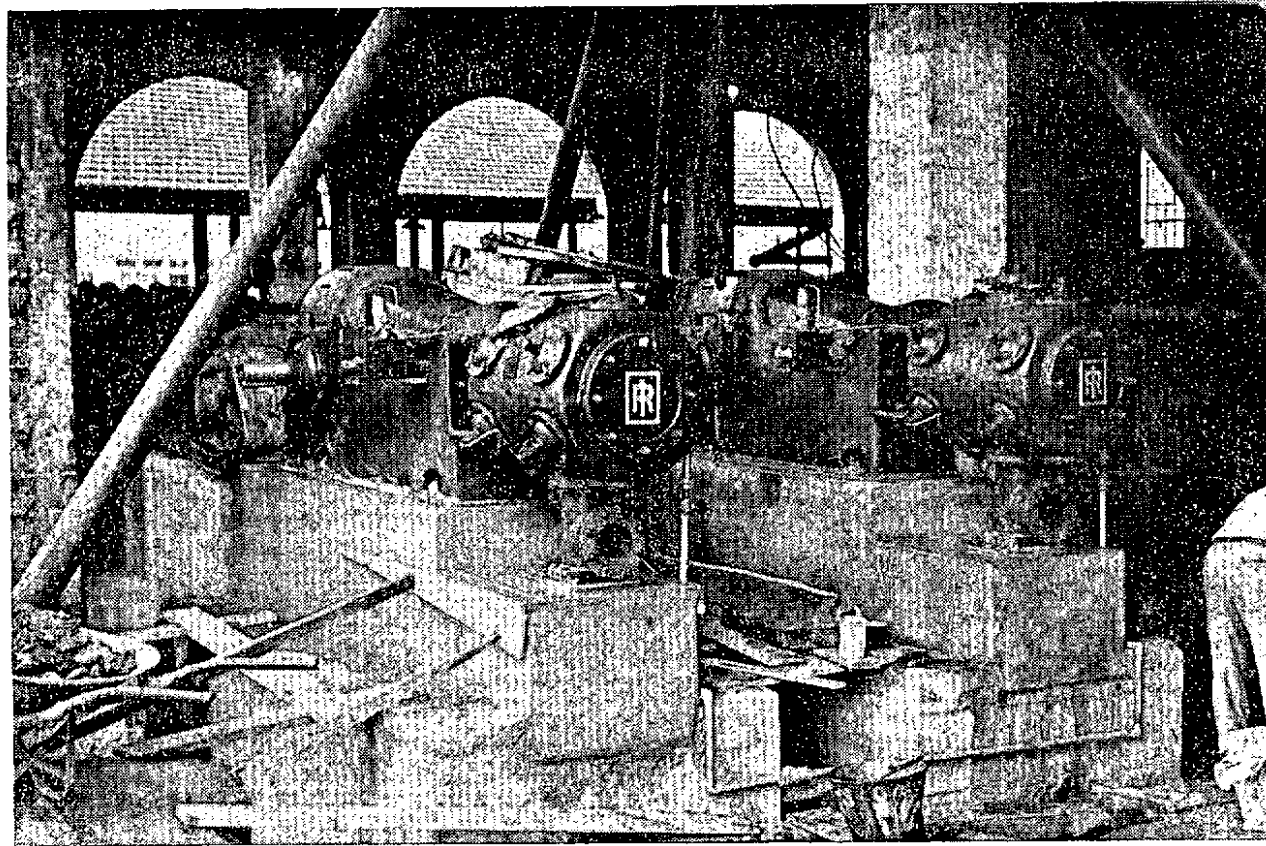
Companhia Nacional de Alcalis — Fundações da estação elevatória e eclusa das Camboinhas

DOCUMENTO
I L E G I V E L



*Departamento de Estrada de Rodagem do Rio de Janeiro —
Desembarque das primeiras máquinas rodoviárias*

EMPREENDIMENTOS FINANCIADOS PELO B.N.D.E.



Metalúrgica Barbará — Instalação de novos compressores de ar

DOCUMENTO
ILEGÍVEL